

Diário do Legislativo de 13/07/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 14ª REUNIÃO Ordinária da cpi do sistema financeiro

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia trinta e um de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Canabrava, Doutor Viana, Maria Tereza Lara, Sebastião Costa e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ronaldo Canabrava, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é ouvir os Srs. Geraldo Lemos Filho, Diretor Presidente do Banco Emblema e acionista minoritário do BEMGE, quando da sua privatização, e o Sr. Carlos Henrique Vieira Brandão dos Santos, sócio do Banco Pactual S.A., de São Paulo. Inicialmente, é ouvida a exposição do Sr. Geraldo Lemos Filho, que, logo após, responde aos questionamentos dos Deputados Doutor Viana, Maria Tereza Lara e Ronaldo Canabrava. Em seguida, o Sr. Carlos Henrique Vieira Brandão dos Santos faz a sua explanação e responde a perguntas do Deputado Doutor Viana. A Presidência esclarece que o inteiro teor da reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação dos Srs. Geraldo Lemos Filho e Carlos Henrique Vieira Brandão dos Santos e os subsídios por eles prestados aos trabalhos, agradece também a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2000.

Ronaldo Canabrava, Presidente - Doutor Viana - Rogério Correia - Olinto Godinho.

ATA DA 41ª REUNIÃO Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Às quatorze horas e trinta minutos do dia treze de junho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Amílcar Martins e Luiz Menezes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Menezes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, o Presidente procede à leitura de ofícios dos Srs. José Jayme Belicha Fonseca, Coordenador-Geral de Administração da Secretaria Nacional Antidrogas, e Edemilson Elaido da Silva, Procurador do Município de Nanuque, ambas publicadas na edição de 8/6/2000. Após, designa para relatores das seguintes matérias os Deputados a seguir citados: Projetos de Lei nºs 233/99 e 937/2000, Deputado Amílcar Martins; 703/99, Deputado Luiz Menezes; e avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 12/99. Na seqüência dos trabalhos, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação das proposições sujeitas a deliberação conclusiva da Comissão. O Deputado Ivo José submete a discussão e votação, em turno único, os Projetos de Lei nºs 860, 960, 973, 919 e 934/2000, os três primeiros com a Emenda nº1 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 949/2000 (relator: Deputado Amílcar Martins); 961/2000 (relator: Deputado Ronaldo Canabrava); e 1.008/2000 (relator: Deputado Ivo José), que são aprovados. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições da Comissão. O Deputado Ivo José transfere a Presidência ao Deputado Amílcar Martins e apresenta requerimentos nos quais solicita seja realizado debate público para se discutir o pagamento da dívida externa brasileira e a realização de plebiscito nacional sobre essa questão; sejam ouvidos na reunião representantes de sindicatos de servidores federais em Minas Gerais, que vieram pedir apoio para negociar, junto ao Governo Federal, o reajuste salarial da categoria e a diminuição da jornada de trabalho. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Reassumindo a Presidência, o Deputado Ivo José concede a palavra aos Srs. Carlos Calazans, Secretário Sindical do PT; Paulo César Funghi, Presidente da CUT; Nadir Carvalho, Diretora de Relações Intersindicais do Sindicato de Auditores Fiscais da Previdência Social em Minas Gerais, e Maria Lúcia Fattorelli, representante do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal de Belo Horizonte - UNIFISCO Sindical -, que discorrem sobre os problemas enfrentados pelos representantes de sindicatos de servidores federais em Minas Gerais, conforme consta nas gravações. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2000.

Ivo José, Presidente - Ronaldo Canabrava - Agostinho Silveira.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da cpi das construtoras

Às quinze horas do dia treze de junho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Luiz Fernando Faria, Eduardo Brandão, Cristiano Canêdo e Rêmo Aloise, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Luiz Fernando Faria, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eduardo Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Deputado Eduardo Brandão, a pedido do Presidente, dá ciência do recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Construtoras Pavotec, Asteca, Cowan, Engesolo, Carioca, Mello Azevedo, Cadar, Arg, Rodominas, Ourívio, Tranal, Egesa, Barbosa Mello e Tecram, informando, em resposta a pedido desta Comissão, em que Bancos mantinham contas no 2º semestre de 1998; ofício do Banco Rural informando, em atenção a pedido desta Comissão, quais das construtoras anteriormente mencionadas mantinham conta corrente naquela instituição, no referido período; ofício da Secretaria da Fazenda, encaminhando a relação das construtoras que receberam recursos do Estado no período de 1º/07 a 31/12/98; ofício da Secretaria de

Obras, encaminhando cópias dos contratos, aditivos e correlatos celebrados com as construtoras, referentes aos pagamentos efetuados naquele período; escritórios das Secretarias da Educação, do Planejamento, da Justiça, da Saúde, da Habitação, de Transportes e Obras Públicas, do Trabalho e do BDMG, encaminhando os saldos financeiros e contábeis existentes em 31/12/98 referentes aos fundos que administram; escritórios do DER-MG e DEOP contendo informações referentes aos saldos a pagar, datas das medições e data dos pagamentos efetuados às construtoras no 2º semestre de 1998; escritório do DER-MG contendo informações sobre saldo a pagar, datas das medições e suas respectivas obras e serviços no exercício de 1998; escritório do DER-MG contendo valores repassados pelos órgãos delegantes, discriminação de valores, empresas construtoras e ou de consultorias, data de medição e pagamentos com discriminação dos valores pagos pelos órgãos delegantes e pelo Tesouro do Estado; escritório do DER-MG contendo a relação dos contratos de delegações de obras existentes, respectivos prazos de duração e os percentuais referentes à contrapartida do Estado; escritórios das Construtoras Sagendra, Marins, OAS, Asteca, Cogefe e Via Engenharia, informando os pagamentos recebidos, o objeto contratual e o local onde foram depositados valores no referido período; escritório do DER-MG, contendo relação dos pagamentos, o objeto contratual e a conta corrente das Construtoras Barbosa Melo, Egesa, Ercal, Mello Azevedo, Ourívio, Tercam, Tranal, Sercei, Engesolo, Contel, Carioca e Tratex; e escritórios encaminhados pelo DEOP, COPASA-MG e DER-MG, informando a responsabilidade de cada um nos pagamentos efetuados às Construtoras Engesolo, Ápia, ECP e Planex, na construção da "VIA 240". Não havendo nenhuma proposição a ser apresentada e após ouvir a opinião dos membros presentes, o Presidente acata a sugestão do relator, que solicita a suspensão das reuniões para que possa se dedicar à elaboração do relatório final da Comissão, devido ao grande volume de informações recebidas. O Presidente informa que o inteiro teor desta reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, a ser marcada oportunamente, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2000.

Luiz Fernando Faria, Presidente - Rêmolo Aloise - Eduardo Brandão - Cristiano Canêdo - Doutor Viana - Amilcar Martins.

ATA DA 41ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às dez horas do dia quatorze de junho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dimas Rodrigues, Paulo Piau, Ailton Vilela, João Batista de Oliveira e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dimas Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ailton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a discutir o programa de ação do Instituto da Terra do Estado de Minas Gerais. A seguir, o Presidente registra a presença dos Srs. Marcos Helênio Leoni Pena, Superintendente do Instituto da Terra do Estado de Minas Gerais; Sérgio Luiz Amaral Ferreira, Superintendente Regional da SUDENOR; Ildemar Cordeiro, de Pirapora; e Passos Renato Leal Pimenta, produtor rural de Ibirité. A Presidência procede à leitura dos seguintes ofícios: do Sr. Roberto Simões, Superintendente do SENAR, publicado no "Diário do Legislativo" de 8/6/2000; do Farol de Desenvolvimento de Aracuaí contendo abaixo-assinado dos produtores rurais do vale do Jequitinhonha; e do Presidente da Arlindo de Mello Agropecuária Ltda. - ARAPÉ-, publicados no "Diário do Legislativo" de 10/6/2000. O Presidente designa o Deputado Ailton Vilela para relatar o Projeto de Lei nº 445/99, do Deputado Edson Rezende, no 2º turno, e o Deputado João Batista de Oliveira para relatar o Projeto de Lei nº 498/99, de autoria da Comissão, no 1º turno. Encerrada a 1ª Parte da reunião, a Presidência passa à 1ª Fase da Ordem do Dia com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado João Batista de Oliveira emite parecer, mediante o qual conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 899/2000, do Deputado Paulo Piau, com a Emenda nº 1, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O Deputado Márcio Kangussu emite parecer concluindo pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 901/2000, dos Deputados João Batista de Oliveira e Paulo Piau. Colocado em discussão e votação, é aprovado o parecer. Passando-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, o Presidente informa que o Deputado João Batista de Oliveira, relator do Projeto de Lei nº 948/2000, do Deputado Mauro Lobo, opina pela aprovação do projeto, em turno único. Submetido a discussão e votação, é aprovada a proposição. Logo após, a Presidência submete a votação, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 1.445/2000, de autoria da Comissão, e 1.448/2000, do Deputado João Batista de Oliveira, sendo eles aprovados. Encerrada essa fase, o Presidente transforma a reunião em audiência pública e passa a palavra ao Sr. Marcos Helênio Leoni Pena, Superintendente do Instituto da Terra do Estado de Minas Gerais, que, apresentando transparências, discorre sobre o programa de ação da entidade e responde às perguntas formuladas pelos Deputados e pelos demais participantes. Encerrada essa fase, a Mesa recebe requerimentos dos seguintes Deputados: Márcio Kangussu, que solicita audiência pública da Comissão para debater a necessidade de estimular o desenvolvimento do setor de processamento de carne em Minas Gerais; e audiência pública da Comissão com as entidades que menciona, visando a encontrar solução conjunta que acelere o processo de análise e emissão das licenças de outorga d'água aos produtores rurais do vale do Jequitinhonha; João Batista de Oliveira, que solicita seja realizada visita da Comissão a projetos de assentamento do Programa Para-Terra, em local e data a serem definidos, em conjunto com a SEPLAN-SUDENOR. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. O Deputado Dimas Rodrigues passa a Presidência ao Vice-Presidente, Deputado Paulo Piau, e apresenta requerimentos solicitando manifestação de aplauso da Comissão ao Sindicato Rural de Janaúba, na pessoa de seu Presidente; ao Prefeito Municipal, e ao Presidente do Núcleo Equestre de Janaúba, pelo sucesso da XIX Exposição Agropecuária Regional; solicitando seja realizada reunião da Comissão para debater desapropriações e indenizações a título de reforma agrária no Estado de Minas Gerais; solicitando manifestação de aplauso da Comissão ao Prefeito Municipal de Monte Azul e ao Presidente do Sindicato Rural dessa cidade, pelo sucesso da exposição agropecuária neste ano. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Reassumindo a Presidência, o Deputado Dimas Rodrigues informa que os assuntos discutidos na reunião se encontram registrados nas notas taquigráficas, agradece o comparecimento dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2000.

Dimas Rodrigues, Presidente - Paulo Piau - Ailton Vilela - Márcio Kangussu.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão parlamentar de inquérito do Fundo SOMMA

Às dez horas do dia quatorze de junho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Rêmolo Aloise, João Paulo, Carlos Pimenta, Antônio Andrade (substituindo este ao Deputado Márcio Cunha, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, a Presidência procede à leitura da seguinte correspondência: da Vereadora Dorinha Melgaço, da Câmara Municipal de Unaí, encaminhando fotos que comprovam e demonstram defeitos na pavimentação asfáltica do Bairro Divinéia, em Unaí, as quais não foram enviadas por ocasião do encaminhamento da denúncia feita por ela, que, por sua vez, ouviu os depoimentos dos representantes das empreiteiras na reunião desta CPI no dia 1º de junho, durante a qual o proprietário da Poli Engenharia afirmou, com segurança, que, nas obras do Bairro Divinéia, não houve nenhum tipo de problema. O Presidente informa que a reunião se destina a discutir proposições da Comissão e, para apresentar proposições de sua autoria, passa a direção dos trabalhos ao Deputado João Paulo. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: pedindo sejam solicitadas à Prefeitura Municipal de Uberaba as informações complementares ao questionário já enviado e ainda não respondido, bem como outras informações que, porventura, sejam necessárias; sejam intimados a comparecer a reunião desta Comissão o Sr. Pedro Luiz Cerizi Filho, Prefeito Municipal de São Sebastião do Paraíso, bem como a Vice-Prefeita, os Vereadores e o Promotor de Justiça, Dr. Júlio César; sejam realizadas visitas às prefeituras e às obras realizadas com recursos do Fundo SOMMA nas cidades de Patrocínio, Itajubá, Diamantina, Uberaba, Caeté e Araxá. O Deputado Rêmolo Aloise retoma a direção dos trabalhos e sugere aos membros da Comissão que o horário das reuniões ordinárias desta CPI seja alterado para quarta-feira, às 10 horas, o que é acatado por todos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2000.

Rêmolo Aloise, Presidente - João Paulo - Luiz Fernando Faria - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Júlio.

ATA DA 40ª REUNIÃO Ordinária da comissão de meio ambiente e recursos naturais

Às quinze horas do dia quatorze de junho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Cabo Morais, Maria José Hauelsen e Carlos Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cabo Morais, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Em seguida, o Presidente dá ciência aos membros da Comissão de correspondência do Deputado Paulo Piau, que encaminha, para apreciação da Comissão, o documento elaborado pela ONG ambientalista SOS Biosfera referente à realização de um movimento em prol da defesa do meio ambiente, com enfoque para a questão do desmatamento indiscriminado que vem ocorrendo em várias regiões do País. Em seguida, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 2ª Parte da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente, relator, para o 2º turno, do Projeto de Lei nº 4/99, emite parecer que conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2000.

Cabo Morais, Presidente - Nivaldo Andrade - Maria José Hauelsen.

ATA DA 39ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às quinze horas e trinta minutos do dia quatorze de junho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo, Miguel Martini, Olinto Godinho e Rêmolo Aloise, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Miguel Martini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e dá ciência do recebimento dos ofícios dos Srs. José Augusto Trópia Reis, Secretário de Estado da Fazenda; Luiz Geraldo Soranço, Presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora; Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal; Gerardo Renaut, Presidente do IPLEMG; Júlio Delgado, Deputado Federal, e da Sra. Mônica Messenberg, Secretária Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O Presidente informa, ainda, o recebimento das seguintes proposições, bem como os relatores a que foram distribuídas: Projetos de Lei nºs 543/99, no 2º turno, e 880/2000, no 1º turno - parecer sobre as emendas apresentadas em Plenário (relator: Deputado Eduardo Hermeto); 129/99 (relator: Deputado Rêmolo Aloise); nº 323/99 (relator: Deputado Rogério Correia); 821 e 945/2000 (relator: Deputado Olinto Godinho); 321 e 324/99 (relator: Deputado Mauro Lobo); 1.022/2000 (relator: Deputado Irani Barbosa; relatores parciais: Deputados Rêmolo Aloise e Mauro Lobo). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, são aprovados, em 2º turno, os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 185/99 (relator: Deputado Márcio Cunha), o qual conclui pela rejeição da matéria, e 109/99 (relator: Deputado Olinto Godinho), o qual conclui pela aprovação da matéria na forma apresentada. A seguir, são aprovados, após discussão e votação, em 1º turno, os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 638/99 (relator: Deputado Mauro Lobo), o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 838/2000 (relator: Deputado Mauro Lobo), o qual conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1, que apresenta; 332/99 (relator: Deputado Mauro Lobo), o qual conclui pela rejeição do Substitutivo nº 1; 741/99 (relator: Deputado Rêmolo Aloise), o qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, e 909/2000 (relator: Deputado Rêmolo Aloise), o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2. Ato contínuo, o relator do Projeto de Lei nº 645/99 (redistribuído ao Deputado Miguel Martini) faz a leitura de seu parecer, que conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 2 a 6, da Comissão de Constituição e Justiça; 7, 9 a 15, 17 e 18 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; 19 a 24 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 8; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 8 e 16. Na fase de discussão do parecer, o Deputado Rêmolo Aloise apresenta requerimento, solicitando o adiamento da discussão. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Após, é concedido prazo regimental, cada um por sua vez, aos relatores dos Projetos de Lei nºs 695/99 (relator: Deputado Rêmolo Aloise) e 795/2000 (relator: Deputado Mauro Lobo). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Colocado em votação, é aprovado o Requerimento nº 1.467/2000. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São apresentados e votados, cada um por sua vez, os seguintes requerimentos: do Deputado Miguel Martini, solicitando audiência pública com a Comissão de Defesa do Consumidor e diversas autoridades, para debater o convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e o Banco do Brasil, referente ao recebimento, ao controle e ao pagamento de depósitos judiciais de Minas Gerais no período de outubro de 1998 a fevereiro de 2000; solicitando seja convidada a Procuradoria-Geral do Estado para prestar informações a esta Comissão sobre os precatórios cíveis que se encontram em poder do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; do Deputado Mauro Lobo, solicitando seja convidado o Presidente da COHAB a prestar esclarecimentos sobre o quadro geral de financiamentos concedidos por aquele órgão; do Deputado Márcio Cunha, solicitando a realização de reunião conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça, para se debater o impacto causado pelo aumento da carga tributária com a nova Lei do Micro Geraes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Rêmolo Aloise - Sebastião Navarro Vieira - Rogério Correia - Olinto Godinho - Hely Tarquínio.

ATA DA 43ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia quinze de junho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Cristiano Canêdo, Dimas Rodrigues e Edson Rezende. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta e Luiz Tadeu Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Edson Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, a Presidência faz a leitura da correspondência e distribui o Projeto de Lei nº 615/99 ao Deputado Cristiano Canêdo. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Prosseguindo, o Presidente passa a palavra ao Deputado Cristiano Canêdo para que este proceda à leitura do parecer sobre o Projeto de Lei nº 897/2000, no 1º turno. Neste interim, o Deputado Edson Rezende solicita, através de requerimento, que o referido projeto seja retirado da pauta. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Ato contínuo, a Presidência passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, são aprovados em turno único, os Projetos de Lei nºs 959/2000, (relator: Deputado Dimas Rodrigues); e 963/2000, (relator: Deputado Cristiano Canêdo). Prosseguindo, o Presidente passa à fase de discussão e votação de proposições da Comissão. O Deputado Edson Rezende apresenta dois requerimentos em que solicita seja enviado ao Ministério da Saúde ofício pedindo o reajuste da tabela do SUS para procedimentos oftalmológicos e seja enviado ofício ao Ministério da Educação pedindo que a Fundação Hilton Rocha seja classificada como hospital-escola. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são estes requerimentos aprovados. O Deputado Miguel Martini passa a Presidência ao Deputado Cristiano Canêdo para que possa apresentar dois requerimentos de sua autoria, em que solicita sejam convidadas as autoridades que relaciona para que, em audiência pública da Comissão, prestem esclarecimentos a respeito da paralisação de atendimento do posto de saúde da Prefeitura de Belo Horizonte na Zona Oeste da cidade, denominado Posto da Vila Leonina e do posto de saúde localizado no Bairro Ermelinda, denominado Centro de Saúde Ermelinda; e sejam convidadas as autoridades que menciona para que, em audiência pública da Comissão, prestem esclarecimentos a respeito da paralisação do atendimento do núcleo odontológico localizado na Rua Cristal, 78, no Bairro Santa Tereza. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são esses requerimentos aprovados. Ao retomar a direção dos trabalhos, o Deputado Miguel Martini informa que a reunião se destina a discutir a especialidade Oftalmologia no âmbito da Fundação Hilton Rocha e do Estado de Minas Gerais. A seguir, o Presidente convida para tomar assento à mesa o Sr. Túlio Vasconcelos, Diretor Técnico da Fundação Hilton Rocha, a Sra. Karen Brock Ramalho, Diretora Clínica da Fundação, e a Sra. Maria do Socorro Alves Lemos, Secretária Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Prosseguindo, o Deputado Miguel Martini faz as suas considerações iniciais, como autor do requerimento que motivou o convite. A seguir, o Sr. Túlio Vasconcelos e a Sra. Karen Ramalho fazem suas exposições e usam transparências para ilustrá-las. Na fase de debates, participam todos os parlamentares e convidados presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2000.

Pastor George, Presidente - Dimas Rodrigues - Carlos Pimenta.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 974/2000

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado José Milton, o Projeto de Lei nº 974/2000 tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Regional de Desportos Masters - AREDESMA -, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

Tendo sido aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, a matéria vem a este órgão colegiado para deliberação conclusiva, com base no disposto no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A AREDESMA proporciona à comunidade ambiente propício para o melhor aproveitamento das atividades recreativas e esportivas, estimulando e promovendo o lazer, sem visar fins lucrativos, o que identifica seu caráter eminentemente social.

O fato de os associados terem mais de 30 anos torna ainda mais importante a finalidade da Associação, uma vez que contribui para a melhoria da saúde física e mental de uma população madura, já passível de sofrer algumas doenças que acometem as pessoas sedentárias.

Consideramos, portanto, meritória a intenção de se conferir título declaratório de utilidade pública à sociedade civil em referência.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 97420/00 na sua forma original.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2000.

Eduardo Brandão, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

156ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 4/7/2000

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, imprensa, galeria, gostaria de iniciar esta fala, que indica a minha preocupação, que sei ser também a preocupação desta Casa, com os fatos que vêm ocorrendo na nossa Universidade do Estado de Minas Gerais, no atual Governo.

Vou ler um artigo do ex-Reitor, Prof. Aluisio Pimenta, que nos dá um panorama sério e equilibrado da posição da UEMG em dezembro de 1998 e cujo título é "Uma Realidade Chamada UEMG", o qual foi publicado no jornal "O Tempo", de 28/8/99.

Escreve o Prof. Aluisio Pimenta: (- Lê:)

"Quando assumiu o Governo de Minas, em 1991, o Governador Hélio Garcia convidou-me para levar adiante a implantação da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. Conversei longamente com o meu ex-aluno de Química do Colégio Santo Agostinho e fiz com que ele visse as dificuldades do projeto, em especial as financeiras. Hélio Garcia garantiu-me todo apoio, inclusive financeiro, acreditando em minha experiência como ex-Reitor da UFMG e em meus trabalhos realizados na América Latina, Estados Unidos, Europa, China, Índia e Japão.

Assumi a Universidade do Estado de Minas Gerais, dois anos após a sua criação. Naquela época, ela não tinha sequer uma sala para alojar o Reitor nem contato algum com as fundações optantes de Belo Horizonte ou do interior. Traçamos um plano de trabalho: arranjar uma sede para a Reitoria; adotar a sigla UEMG; estabelecer contatos com as fundações; conhecer, através de levantamentos, quais eram as condições acadêmicas, administrativas e econômico-financeiras das fundações - suas instalações físicas, seus laboratórios e bibliotecas e, mais importante, o nível de capacitação de seus professores e de seus funcionários.

O diagnóstico complementar estabelecido pela Fundação João Pinheiro mostrou-nos que as condições eram difíceis, mas que havia um grande interesse pelo projeto de implantação por parte de alunos, professores, políticos e da sociedade em geral. Vi, mais uma vez, a dificuldade da missão. Era uma utopia a ser encarada e assumida.

Assumi o desafio chamado UEMG e resolvi fazer uma visita à Universidade Estadual Paulista - UNESP -, instituição 'multicampi', com 16 unidades espalhadas por várias regiões do Estado de São Paulo. A UNESP também se organizou a partir de instituições preexistentes, algumas das quais conheci na época em que exercia a cátedra de Química. Fiquei admirado com as profundas mudanças nessas faculdades e escolas interioranas ao se agruparem como uma universidade estadual 'multicampi'.

As instituições que visitei na década de 60 e que hoje constituem os 'campi' da UNESP eram faculdades e escolas academicamente fracas, com cursos de fim de semana e professores despreparados. Pensei comigo: se São Paulo realizou em 15 anos essa grande façanha, por que nós, mineiros, com toda a nossa tradição de educadores, não poderíamos fazê-lo? Já tínhamos o exemplo de Mendes Pimentel, fundador da UFMG, também a partir da reunião de faculdades e de escolas isoladas, com a participação de médicos, engenheiros, dentistas, farmacêuticos bem-intencionados, que assumiram a função de professores.

As amplas conversas que tive na UNESP fizeram-me perceber que a implantação da UEMG demandaria tempo, paciência, dedicação exclusiva, trabalho em tempo integral, além de recursos financeiros.

A capacitação dos professores foi a nossa primeira meta e exigiu investimento humano e financeiro. Foi um processo lento e delicado. As unidades optantes praticamente não dispunham de professores com mestrado ou doutorado. Hoje contam com cerca de 30% de seu corpo docente com essas qualificações.

Atacamos o problema das bibliotecas conseguindo verba do MEC para aquisição de livros e assinatura de revistas, que foram organizados segundo modernas normas de catalogação. Foram desenvolvidos programas de pesquisa em várias áreas, um campo pouco explorado em instituições do interior. Nesse particular, desenvolvemos um amplo programa de participação dos alunos, através de bolsas de iniciação científica e realização de seminários. Reunimos, com a participação comunitária, legislação criteriosa, possibilitando a absorção das unidades do ponto de vista administrativo, já que academicamente as fundações optantes constituem "campi" regionais da UEMG. A extensão universitária foi outra atividade amplamente desenvolvida.

A UEMG, no entanto, ainda apresenta grande problema: a falta de recursos orçamentários, o que impediu e ainda impede o cumprimento da Constituição, das leis e dos decretos dos Governos anteriores e, certamente, do atual. Isso corresponde à falta de vontade política de Minas para implantar definitivamente sua universidade estadual.

A UEMG é, hoje, instituição credenciada pelo Conselho Estadual de Educação e por decreto do Governador do Estado. Nestes anos de preparação para a sua implantação, novos cursos foram criados, todos de grande importância para as regiões que atinge - Pedagogia, Direito, Processamento de Dados, Agronomia e vários outros nas áreas da saúde e da engenharia.

É preciso ficar claro que a Constituinte mineira não cometeu nenhum equívoco em criar a UEMG com a absorção das fundações estabelecidas pelo próprio Estado. O engano é a não-destinação de verbas para o ensino superior público. O Estado de São Paulo destina às suas instituições estaduais públicas R\$2.000.000.000,00, por ano; o Rio de Janeiro, cerca de R\$600.000.000,00; o Paraná e a Bahia, R\$400.000.000,00 cada um; e mesmo Estados de economia mais modesta como o Pará, o Ceará e a Paraíba destinam verbas superiores às de Minas Gerais, que está em 12º lugar, alocando apenas R\$45.000.000,00 às suas duas universidades estaduais: a UEMG e a UNIMONTES. É ridículo que um Estado de tal dimensão econômica, social e política figure nessa posição. Precisamos mudar esse quadro.

Tenho recebido apelo de professores e, sobretudo, de dirigentes estudantis para que colabore para corrigir irregularidades na atual administração da UEMG, as quais estão levando a instituição a um descaminho, a uma apatia e a uma verdadeira desestruturação no processo de consolidação da universidade e de continuidade de sua implantação.

Estive, recentemente, na cidade de Passos, a convite do Prefeito e da comunidade, para discutir a absorção do "campus" dessa cidade, estabelecida pelos Decretos nºs 36.897, de 1995, e 37.751, de 1996, do Governador Eduardo Azeredo, e do trabalho de preparação da unidade a ser absorvida, consubstanciado em metucioso relatório de mais de 500 páginas, em poder da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia desta Casa e também enviado à Reitoria da UEMG e ao CEE. A absorção não foi efetivada, e o decreto de sua absorção foi tornado sem efeito pelo atual Governo, causando a maior frustração à comunidade passense e às comunidades de dezenas de cidades da região, conforme pude verificar pessoalmente.

Devo aqui me congratular com esta Casa e com a Comissão Especial da UEMG, constituída pelos Deputados José Henrique, Amílcar Martins, João Batista de Oliveira, presidida pela Deputada Maria Tereza Lara, a qual tem como relator o Deputado Edson Resende, pelo amplo trabalho de diagnóstico realizado por todos, ouvindo dirigente e ex-dirigentes da Universidade, além dos Prefeitos das cidades onde se situam os seus "campi", os Presidentes dos DCEs da UEMG e de organizações sindicais.

Li o relatório. Congratulo-me com a Comissão Especial, principalmente com o relator, pelo trabalho produzido. Sugiro que seja lido pelos colegas Deputados e divulgado, não somente entre os interessados diretos, mas em toda a sociedade, para que tome conhecimento deste importante trabalho realizado pela Comissão Especial para Proceder a Estudos acerca da UEMG.

Sugiro, ainda, que uma cópia desse trabalho seja enviada imediatamente ao Sr. Governador do Estado, para que tome as providências necessárias.

Tenho de destacar alguns pontos desse importante relatório:

1 - O não-comparecimento perante a Comissão Especial dos Secretários da Fazenda, do Planejamento, da Educação e, especialmente, da Secretária de Ciência e Tecnologia, cuja pasta é vinculada à UEMG. Todos foram convidados.

2 - Da mesma maneira, o não-comparecimento do Presidente do Conselho Estadual de Educação, Pe. Lázaro de Assis Pinto, também convidado. Considero grave sua ausência, pois a competência do CEE-MG está estabelecida no art. 26 da Constituição do Estado e em lei específica que o criou. Além disso, coube ao CEE-MG a aprovação prévia do Estatuto da UEMG, baixado pelo Decreto nº 36.896, de 1995. O Governador Eduardo Azeredo autorizou o funcionamento da Universidade com todos os seus "campi" regionais, dotando-a de autonomia, consubstanciada no Decreto nº 39.115, de 1997, e, especialmente, a aprovação pelo CEE-MG do credenciamento da UEMG, com base na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Decreto nº 40.240, de 1998. Isso dá à UEMG, com todos os seus "campi", plena autonomia para criar seus cursos, como acontece com as universidades federais de Minas, com a PUC-MG e com a UNIMONTES, para citar somente algumas.

É claro que, sendo uma universidade pública credenciada a partir de 1998, é obrigatória a realização da escolha de uma lista triplíce para a nomeação do Reitor e do Vice-Reitor.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o competente relatório da Comissão Especial ao qual tenho me referido apresenta comentários e sugestões importantes. Somente não estou de acordo com que se proponha nova legislação. A Lei nº 11.539 é abrangente e trata de todos os detalhes para a consolidação da UEMG. Falta o que faltou aos Governos anteriores, desde Newton Cardoso até Hélio Garcia e Eduardo Azeredo, ou seja, uma verdadeira vontade política de implantar e consolidar essa Universidade e de, sobretudo, destinar a ela recursos de, no mínimo, no momento, R\$50.000.000,00 por ano. É necessário, também, reativar o empréstimo MEC-BNDES, que é praticamente uma doação para a construção dos "campi" de Belo Horizonte, de Diamantina e de Campanha, que não têm sede própria, e para melhorar a estrutura física e os equipamentos dos demais "campi", como o de Uberaba. Infelizmente, o empréstimo foi deixado de lado pela atual administração.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, depois desse belo trabalho da Comissão Especial da Assembléia, a que tanto tenho me referido, causou-me profunda estranheza que o Governador Itamar Franco baixasse o Decreto nº 41.101, de 9/6/2000, que constituiu a Comissão Especial no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia, sob a presidência do respectivo Secretário de Estado e da qual fazem parte: o Secretário da Educação; o Secretário de Indústria e Comércio; o Reitor da UEMG; o Secretário do Planejamento; o Presidente da Fundação João Pinheiro; o Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais; o Presidente do BDMG; o Presidente da EPAMIG; o Secretário de Indústria e Comércio de Belo Horizonte. Isso, sem levar em consideração o trabalho da Comissão Especial da Assembléia.

O objetivo dessa Comissão Especial criada pelo Governador é de, no prazo de 120 dias, desenvolver estudos visando à criação e à instituição de uma entidade de natureza jurídica de direito público, vinculada à UEMG, com competência para coordenar as atividades de formação profissional, de extensão e de pesquisa, nas áreas tecnológica, científica e humanística no Estado.

Realmente, Sr. Presidente, não entendi nem entendo o que está acontecendo, pois esses Secretários não puderam comparecer às reuniões da Comissão da Assembléia, que realizou estudos exaustivos, e agora realizarão outro estudo? Essas contradições do Governo preocupam-nos, já que outros fatos complementares vêm acontecendo em relação à UEMG nessa administração, a saber: a partir do Governo Newton Cardoso, não tivemos, até hoje, vontade política dos governantes para a implantação efetiva da UEMG. E, por incrível que pareça, em todas as audiências públicas que esta Casa realizou, esse foi o item mais demandado pela sociedade mineira.

Fica a nossa indignação e a nossa falta de resposta, porque somos cobrados, por isso a nossa universidade, até hoje, não saiu do papel. Colocávamos que o Estado de São Paulo aplica perto de R\$2.000.000.000,00 nas universidades estaduais; o Rio de Janeiro aplica R\$600.000.000,00; a Bahia e o Paraná aplicam cerca de R\$400.000.000,00. Minas é o 12º Estado em termos de aplicação de recursos financeiros nas universidades estaduais, a UNIMONTES e a UEMG: está aplicando apenas R\$45.000.000,00 por ano.

Lembro também que o Brasil é pobre. Levando-se em conta a população total, temos cerca de 100 milhões de pessoas sem condições de pagar uma universidade particular, considerando-se que as vagas nas universidades públicas são limitadas. E uma nação que não dá conta de educar seus filhos, evidentemente, está falida. Defendemos, a partir dos dados sócio-econômicos do Estado e do País, que a Universidade do Estado de Minas Gerais exista, de direito e de fato, e seja gratuita, para dar oportunidade aos jovens que tenham inteligência normal, vontade de estudar e de servir à Nação, sem ter, muitas vezes, oportunidade de fazer um curso técnico profissionalizante. Estamos perdendo as nossas cabeças, inteligências e cérebros, por falta de oportunidade. Isso foi, mais ou menos, o que dissemos em uma primeira etapa, e gostaria de terminar o meu pronunciamento dizendo o seguinte: realmente, Sr. Presidente, não entendi, nem entendo, o que está acontecendo, pois os Secretários - que compõem hoje uma Comissão Especial constituída pelo Executivo, que não considerou a comissão constituída por esta Assembléia Legislativa - não puderam comparecer às reuniões da Comissão da Assembléia, que realizou estudo exaustivo e agora vai realizar outro estudo. Essas contradições do Governo preocupam-nos, já que outros fatos complementares vêm acontecendo em relação à UEMG nesta administração.

Um deles é a suspensão das eleições para a formação da lista triplíce para a nomeação do Reitor e do Vice-Reitor da UEMG, já que ela é credenciada desde 30/12/98. O atual Reitor está exercendo o cargo de maneira ilegal, perante a lei.

O Governador Itamar Franco retirou, a meu ver, de maneira correta, o Projeto de Lei nº 453/99, devido ao protesto da comunidade universitária, da UNE e da UEE, porque ele abriria caminho para a privatização da UEMG.

Tomamos conhecimento de que a Reitoria da UEMG enviou ao Conselho Estadual de Educação uma proposta de transformação de determinadas fundações que constituem "campi" regionais agregados à UEMG em centros universitários. Essa proposta, se aprovada, não somente privatiza o "campus" como o exclui da UEMG, já que os centros universitários têm autonomia e não podem fazer parte de uma universidade.

Como ficou claro nos relatos, na Comissão Especial da Assembléia, a autonomia da UEMG não tem sido respeitada, e a atual administração tem enviado ao CEE-MG propostas de criação de cursos já aprovados pelo Conselho Universitário da UEMG e, inclusive, aprovação de professores.

Observa-se que ninguém se refere mais à UEMG, nem mesmo as notícias dos vestibulares publicadas pela imprensa e que incluem instituições do interior do Estado e do Brasil. Somente a UEMG nesta administração mantém-se ausente da informação, como, aliás, constatou a própria Comissão Especial da Assembléia.

Estou convencido de que, complementarmente às medidas propostas pelo relatório da referida Comissão Especial da Assembléia, necessitamos agilizar algumas medidas a saber:

- 1 - solicitar ao Prof. Gerson Boson que informe a esta Casa a data em que será realizada a eleição para a lista triíplice que será enviada ao Governador Itamar Franco para escolha do Reitor e do Vice-Reitor, conforme determina a lei;
- 2 - em que dispositivo se baseou para suspender a eleição para escolha da lista triíplice marcada anteriormente para abril de 1999;
- 3 - informar a esta Casa se, recentemente, foram nomeados diretores das unidades do campus-BH e se foram organizadas as respectivas listas triíplices;
- 4 - se a Reitoria da UEMG enviou ou encaminhou ao Conselho Estadual de Educação alguma solicitação para transformar as fundações de "campi" agregados em centros universitários.

B) Solicitar informações ao Sr. Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais sobre as ações tomadas para o funcionamento da Comissão criada pelo Decreto 41.101, de 9/6/2000, que tem o prazo de 120 dias para apresentar suas conclusões e informar, mensalmente, a esta Casa as atividades da referida Comissão.

A Comissão Especial criada pela Assembléia Legislativa para Proceder a Estudos e Proposições acerca da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG -apresentou completo relatório que tem estreito relacionamento com a Comissão presidida pelo Secretário de Ciência e Tecnologia, que não compareceu, como dissemos, aos trabalhos da Comissão da Assembléia.

C) Solicitar ao Presidente do Conselho Estadual de Educação, Pe. Lázaro de Assis Pinto, que informe a esta Casa:

- 1 - quais foram as deliberações tomadas pelo CEE-MG referentes às propostas de criação dos cursos e aprovação de professores da UEMG, a partir de 31/12/98, época em que a UEMG foi credenciada com todos os seus "campi", de Belo Horizonte e do interior, e tem autonomia de decisão por seu Conselho Universitário;
- 2 - se o CEE-MG aprovou algum projeto de criação de centros universitários e se existem projetos de criação de outros centros e a natureza deles, se públicos ou privados.

Sr. Presidente, com relação à UEMG, eram essas as informações que gostaria de prestar. Mas apresentarei requerimento à Presidência, pois ficamos bastante preocupados com o parecer do Conselheiro Simão Pedro Toledo sobre as contas do Governo do Estado, quando fez referência crítica a esta Casa com relação aos gastos com publicidade, alegando que, de R\$7.420.000,00 gastos por todo o Governo do Estado, isto é, pelo Executivo, pelo Legislativo e pelo Judiciário, esta Casa gastou nada menos do que R\$4.420.000,00. Portanto, para que possamos esclarecer a opinião pública e - quem sabe? - rebater essas acusações do Conselheiro do Tribunal de Contas, estamos apresentando requerimento no seguinte teor:

- Lê requerimento em que solicita, com base na matéria divulgada no "Estado de Minas", pág. 8, de 26/6/2000, em que traz críticas do Tribunal de Contas do Estado, por meio do ex-Deputado e Conselheiro Simão Pedro Toledo, apontando excesso de gastos com publicidade: fornecimento da relação de todas as pessoas físicas e jurídicas contratadas pela Assembléia Legislativa que receberam os R\$4.420.000,00, evidenciados na referida matéria; explicação do endereço completo das contratadas; o valor individualizado pago a cada contratada, bem como as datas dos pagamentos efetuados; explicação, perante a legislação vigente, da forma de contratação das referidas pessoas; as mesmas informações relativas ao período de janeiro até presente data, do ano de 2000; que essas informações sejam prestadas até o dia 15 de julho próximo.

A justificação do requerimento é a seguinte:

"Considerando o crítico trecho da matéria, como se segue: "O Tribunal de Contas do Estado criticou também a Assembléia Legislativa por excesso de gastos com publicidade. Do total do que foi empregado pelo Estado com propaganda em 1999, R\$7.420.000,00, considerando-se os três Poderes, a Assembléia Legislativa consumiu R\$4.420.000,00, segundo o Conselheiro Simão Pedro Toledo. Já o Poder Executivo diminuiu seus gastos publicitários durante o ano de 99, em 89,18%, em comparação ao exercício anterior, no último ano do Governador Eduardo Azeredo" e considerando que temos obrigação de mostrar transparência à sociedade mineira de nossas ações e que é importante responder as críticas formuladas pelo Tribunal de Contas do Estado, requeremos com urgência, as informações."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Pronunciamento feito no Grande Expediente, pelo art. 70 do Regimento Interno.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal da imprensa, amigos presentes neste Plenário, senhoras e senhores, desejamos, nesta tarde, trazer ao Plenário desta Casa algumas considerações sobre proposições de nossa autoria, buscando evidenciar o alcance que cada matéria contém e a importância de sua implementação para a melhoria de vida do povo mineiro.

Destacamos, inicialmente, o Projeto de Lei nº 607/99, que autoriza o Estado a dar incentivo ao município que implantar o Programa de Aleitamento Materno. O programa justifica-se pelos benefícios que essa prática traz para a saúde física e emocional do bebê e pelas vantagens que também oferece às mães.

As vantagens do aleitamento são variadas. Além de ser um alimento que vem pronto e na temperatura ideal, essa nutrição é de alta qualidade, diminui a incidência de doenças contagiosas, tendo recente pesquisa americana revelado que o leite materno protege contra a leucemia. Ademais, promove o vínculo afetivo entre a mãe e o bebê. Por outro lado, a extensão do tempo médio de aleitamento é um dos objetivos do programa, que vê a amamentação até os dois anos de idade como meta a ser alcançada.

Considerando que as ações de saúde e assistência social são hoje realizadas em nível municipal, o presente projeto pretende autorizar o Estado a criar incentivos para os municípios que se empenharem neste programa. Entendemos que a proposição se encontra em consonância com movimentos que trabalham para o resgate do aleitamento como forma de garantir a melhoria da saúde infantil, razão por que o Estado também deve empenhar-se para a consecução de tal meta.

O Projeto de Lei nº 607/99 encontra-se em condições de apreciação por este Plenário, pelo que apelamos aos nobres pares para a sua aprovação, visando a incentivar os municípios mineiros para a adoção de mecanismo de promoção ao aleitamento materno.

Ainda no universo de ação voltado para a saúde infantil, enfatizamos o Projeto de Lei nº 801/2000, que dispõe sobre a realização, nos hospitais da rede pública estadual e conveniados, do exame denominado Emissões Otoacústicas, também conhecido como Teste do "Ouvidinho". A proposição procura garantir a proteção e a defesa da saúde, matéria sobre a qual compete ao Estado legislar concorrentemente, conforme o art. 24, XII, da Carta Magna.

É inegável a importância da audição para o desenvolvimento da fala, da linguagem e, posteriormente, da escolaridade da criança. Estudos demonstram que 2 a 6 recém-nascidos em 1.000 nascimentos apresentam algum tipo de deficiência auditiva neurossensorial. Qualquer problema auditivo deve, portanto, ser detectado precocemente para que seja devidamente tratado. Além disso, se comparada a outras patologias, a surdez é mais freqüente que a fenilcetonúria ("teste do pezinho"). O exame em questão permite fazer a triagem auditiva e é capaz de detectar as perdas auditivas, garantindo diagnóstico e intervenção, decisivos para o futuro da criança.

É importante salientar que a rede hospitalar do Estado possui 18 hospitais e que o custo da aquisição do equipamento necessário ficará entre US\$288.000,00 e US\$540.000,00, dependendo da sofisticação técnica do equipamento. Analisando o orçamento do Estado para o exercício de 2000, observa-se a existência de dotação de recursos para efetuar-se a compra dos equipamentos, tornando viável o atendimento gratuito do exame do "ouvidinho". Entretanto, até que se adquiram os equipamentos e como forma de se criar uma opção menos onerosa para o Estado, os testes poderão ser realizados por meio de convênios ou contratos firmados com instituições da área da saúde, públicas ou privadas, localizadas no

Estado.

De igual modo, o Projeto de Lei nº 801/2000 reúne condições de apreciação pelo Plenário da Assembléia Legislativa, em 1º turno, uma vez que já recebeu parecer favorável de todas as Comissões a que foi distribuído. Assim, esperamos o posicionamento dos Srs. Deputados pela aprovação de nossa proposição.

Outro assunto que queremos mencionar nesta oportunidade, e que também é objeto de proposição de nossa autoria, diz respeito à utilização das câmaras de bronzeamento artificial. Trata-se do Projeto de Lei nº 798/2000, que visa estabelecer condição para o funcionamento de câmaras de bronzeamento artificial, tornando obrigatória a afixação, nas dependências do estabelecimento que oferece tais serviços, de cartaz exibindo advertência sobre os riscos de tal procedimento.

Há vários anos, o bronzeamento artificial vem sendo aplicado em larga escala. A prática consiste na utilização de lâmpadas que emitem raios ultravioleta (UVA) em quantidade duas a três vezes maiores que a emitida pelo sol. Os equipamentos de bronzeamento artificial foram, inicialmente, desenvolvidos para finalidades terapêuticas e utilizados em algumas doenças de pele que se beneficiam com a emissão da radiação UV. No entanto, esses equipamentos passaram a ser usados também para obtenção de efeitos estéticos. O procedimento em questão é contra-indicado pelas sociedades médicas de todo o mundo, e a relação do número de exposições com a incidência de câncer de pele é confirmada na literatura médica. Lamentavelmente, a população, em geral, pouco sabe sobre as conseqüências dessa prática, pois os efeitos da radiação são cumulativos e aparecem tardiamente.

Ao considerarmos que, no Brasil, o câncer de pele é o mais freqüente de todos, torna-se imperioso dever do Estado alertar a população para o fato de que o bronzeamento artificial é um fator de risco para o desenvolvimento desse tipo de câncer, e medidas de precaução devem ser adotadas.

São essas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as considerações que fazemos nesta tarde, com relação a algumas de nossas proposições, que revelam nossa preocupação com aspectos essenciais da saúde pública, para os quais esperamos a devida atenção e, a partir do momento que esses projetos de lei forem convertidos em norma jurídica, que a sua aplicação seja observada com a agilidade necessária.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Com a palavra, o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior* - Sr. Presidente, Deputado Anderson Aduato; Sr. Vice-Presidente, Deputado Durval Ângelo; Srs. Deputados, senhoras e senhores, companheiros que nos visitam, telespectadores da TV Assembléia, veículo de comunicação que nos leva a toda Minas Gerais e que tive a oportunidade de criar, pois, desta tribuna, provei a importância dessa TV, que mostra o trabalho dos parlamentares nesta Casa.

Sr. Presidente, nobres Deputados, ocupo esta tribuna para lamentar uma ausência que será irreparável, a perda do jornalista, radialista, amigo e meu forte cabo eleitoral, Oswaldo Faria. Não teremos mais, na hora do almoço, a companhia dos comentários de Oswaldo Faria, aquele que, todos os dias, às 12h15min, advogava em favor do futebol mineiro e que, com seu poder e sua força, podia mudar o Presidente de um clube, tirar um treinador, levantar ou acabar com um jogador. Ele, realmente, não media palavras, e, tanto fez, que o slogan "coragem para dizer a verdade" era sua marca registrada, sendo amado ou até mesmo odiado por torcedores que não concordavam com suas opiniões.

Oswaldo Evangelista Faria, de 69 anos, era pulso firme, e chefiava o Departamento de Esportes da Rádio Itatiaia, há mais de 30 anos, com orgulho e carisma, sempre enaltecendo e elogiando os companheiros, mas repudiando o que julgava errado, como um grande guerreiro.

Sua trajetória foi de grande sucesso e realizações. Em 1953, iniciou sua carreira na Rádio Itatiaia, apresentando o programa "O Rei da Voz", com o cantor Francisco Alves. Teve uma rápida participação na Rádio Inconfidência, mas foi na Itatiaia que consolidou sua carreira como locutor comercial, apresentador de jornais, repórter policial, repórter geral, narrador, repórter de campo e comentarista esportivo. Presente em dez copas do mundo, Oswaldo vibrava a cada conquista do Brasil, criticando, elogiando e xingando quando era preciso. Suas histórias e casos dariam um livro que, com certeza, nos permitiria conhecer suas experiências e vivências do mundo esportivo, depois de tantas viagens e campeonatos.

Tive a oportunidade de viajar várias vezes com o companheiro Oswaldo, antes mesmo de ser político, quando fazia parte de uma equipe de esportes da Rádio Capital. Pude conhecê-lo há muitos anos, já que nasci praticamente num ambiente de rádio, pois meu pai já militava nessa profissão. Desde a época das vacas magras da Rádio Itatiaia, em que, no final do mês, não havia pagamento, mas somente o vazezinho, acompanhei o trabalho daqueles grandes homens. A Itatiaia chegou onde chegou - sob o comando do padrinho Januário Carneiro e, agora, com o Manoel Carneiro -, em função da ajuda, da força do futebol, da força de Oswaldo Faria.

Há 40 dias, quando almoçávamos eu, o Chico Mineiro, o Oswaldo, o Mário e o Bob, ele comentava que tínhamos de fazer homenagens quando a pessoa estava viva, e não depois de morta.

Daqui a pouco direi porque me referi a isso e porque lembrei esse almoço que tivemos com Oswaldo Faria. Eu dizia que era meio ranzinza. De três anos para cá, nesse convívio imediato, muitos me diziam: "Alencar, você estava na cabine da Itatiaia? Estava andando na praça? O Oswaldo falou isso, falou aquilo." É porque sempre torceu pelas minhas vitórias. Certa vez, numa campanha em que Tânia Moreira era candidata a Vereadora, Oswaldo falava comigo: "Alencarzinho - chamava-me carinhosamente de Tatuzinho -, você vai chegar longe, menino, e vamos juntos." Hoje, temos orgulho de ter o Bob.

No final do ano recebi um litro de uísque do Oswaldo, e o seu cartão ficou guardado. Vou até colocar numa moldura, porque parabenizava a meu pai e a mim. Lembrava da competência que temos hoje, no caminho a ser seguido por mim e pelo meu amigo Bob Faria. Concedo aparte ao Deputado Bené Guedes.

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Deputado Alencar da Silveira Júnior, obrigado pelo aparte que me concede e pela oportunidade de também falar da admiração e da estima que sempre tive por esse grande radialista, que se foi para outro plano. Numa hora bastante oportuna, V. Exa. enaltece essa figura da área de comunicação, que grandes e relevantes serviços prestou através do rádio e em outros setores que não o esportivo. Ele deixa marcas que serão sempre lembradas pelo povo mineiro.

Os milhares de ouvintes de Oswaldo Faria hoje nos sentimos um pouco mais pobres em relação à área de comunicação, porque perdemos um homem cuja coragem e competência fazia-nos ouvintes permanentes da Rádio Itatiaia, principalmente nas transmissões esportivas. Ouvi-lo era sempre um prazer. Como desportista do interior que sou, da nossa Zona da Mata, lá também acompanhamos a Itatiaia, principalmente as transmissões esportivas, em que a figura de Oswaldo Faria sempre pontuou com destaque. Receba os nossos aplausos por essa iniciativa, que valoriza sobremaneira essa figura que muito marcou a todos nós.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Deputado Alencar da Silveira Júnior, V. Exa. presta homenagem das mais justas ao grande radialista Oswaldo Faria, que nesta semana nos deixou. O mundo radiofônico perde um grande companheiro e fica mais vazio sem ele. Quero associar-me à sua família e à família da Itatiaia, em nosso nome e em nome da Rádio Terra, de Montes Claros, emissora que retransmite a Itatiaia na região Norte de Minas. Todos somos admiradores do grande trabalho que realizou o amigo e companheiro de rádio.

Nós, que somos egressos do rádio, sabemos a importância que teve, e tem, Oswaldo Faria nos meios radiofônicos mineiros. É uma grande voz que se cala, mas a sua memória, a sua trajetória será para todos exemplo de altruísmo, dignidade, seriedade. Tenho a certeza de que, quando se vai alguém como Oswaldo Faria, essa pessoa não morreu, virou saudade.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Deputado Alencar da Silveira Júnior, seria impossível, principalmente para mim, traduzir aquilo que Oswaldo Faria representa para o rádio, até porque, sinceramente, não domino muito bem a trajetória que desenvolveu. Sei que foi coroada de êxito. Nos últimos anos, pelo menos, tive o privilégio de estar muitas vezes na Rádio Itatiaia, em contato pessoal com Oswaldo Faria, com quem tive excelente relação. V. Exa., com toda a autoridade, fala sobre ele. Eu, que também militei no rádio durante muitos anos, embora não conhecendo com detalhes a sua trajetória, percebo que contribuiu enormemente para que a Rádio Itatiaia fosse esse marco que é no radialismo em Minas Gerais.

Gostaria de registrar algo que acho fundamental: o fato de ele, com problema de vesícula, não ter tido uma assistência que lhe poupasse a vida, num país que é o número 1 na saúde, a França. Por critérios de avaliação usados no mundo inteiro, não é de hoje, mas de muitos anos, lá está o melhor sistema de saúde do mundo. Por isso me surpreendi e acho que

todos os mineiros e brasileiros também se surpreenderam com a notícia de que ele faleceu num país onde o atendimento à saúde é considerado o melhor que existe, por uma questão muito simples: todos os dias temos pessoas que, nos nossos hospitais de Terceiro Mundo, se submetem à mesma cirurgia e no outro dia saem dos hospitais caminhando normalmente. Foi uma fatalidade que atingiu o rádio mineiro e toda a nossa sociedade. V. Exa. está de parabéns ao fazer essa homenagem.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Alencar da Silveira Júnior, parabéns pela homenagem que V. Exa. faz a esse mineiro tão importante para todos nós.

Oswaldo Faria representa muitíssimo para o esporte em Minas Gerais. Foi um defensor dos esportistas mineiros, e sabemos que esse embate no esporte não é fácil. E a sua presença foi marcante na defesa dos clubes mineiros, do esporte mineiro em geral. Até hoje, apesar de a Capital brasileira ser Brasília, todas as nossas confederações estão no Rio de Janeiro, e sabemos como é difícil o acesso dos atletas de Minas Gerais à seleção nacional e também como foram prejudicados, por várias vezes, os clubes mineiros. Mas Oswaldo Faria foi uma voz que sempre se levantou contra isso, lutou muito, foi um defensor corajoso do nosso esporte.

Oswaldo Faria era um grande amigo, e lamentamos profundamente essa perda, como lamenta Minas Gerais e o Brasil. Era um grande comunicador, como V. Exa. sabe - conseguia falar com o público com muita facilidade e era amado por todos.

Parabéns por esse pronunciamento direcionado a esse mineiro tão ilustre, que, infelizmente, perdemos.

O Deputado Bilac Pinto (em aparte)* - Quero neste momento, em nome da Bancada do PFL, fazer uma extensão ao seu pronunciamento. A perda desse grande mineiro, desse grande radialista, Oswaldo Faria, foi para todos nós, brasileiros, muito sentida.

Oswaldo Faria, por sua trajetória e sua vida - infelizmente, não o conheci pessoalmente, mas tive notícias nos últimos dias, pelas mídias local e nacional -, foi um homem que deixou um legado de histórias de amor e dedicação a essa profissão que V. Exa. tão bem conhece.

Fica aqui a nossa homenagem a esse grande homem que foi Oswaldo Faria e também à Rádio Itatiaia, onde ele deu uma grande contribuição com sua atividade profissional.

O Deputado João Pinto Ribeiro (em aparte) - Caro Deputado Alencar da Silveira Júnior, particularmente estou sofrendo, como você e tantos outros, a perda do radialista Oswaldo Faria. Homem sério, competente, o que desempenhava uma função extraordinária à frente da equipe de esportes da Rádio Itatiaia, de uma audiência fantástica em Minas e no Brasil, ele, nos eventos esportivos, particularmente em Belo Horizonte - no Mineirão ou no Independência -, prestava um enorme serviço à população de Belo Horizonte e aos esportistas. Defendia todos os torcedores do Atlético, do Cruzeiro ou do América de maneira espetacular, trazendo inúmeras soluções para os problemas de toda a população de Belo Horizonte. Era um líder, pessoa que realmente sabia liderar. Tantos anos líder da sua equipe de esporte e de todos nós, que acompanhamos a atividade do futebol e do esporte em Minas Gerais. Fiquei muito chocado com a perda desse extraordinário homem, Oswaldo Faria. Parabéns por lembrar a memória desse homem!

O Deputado Alencar da Silveira Júnior* - Dentro desses 47 anos de profissionalismo, presto hoje esta homenagem ao homem que dedicou toda a sua vida ao esporte. Cada gol que explodiu nas redes do Mineirão, desde a sua inauguração, foi comemorado, com veemência, pela voz e vibração de Oswaldo Faria.

Sugiro, portanto, que o Estádio Governador Magalhães Pinto passe a se chamar Estádio Oswaldo Faria, sendo justa homenagem para aquele que é o símbolo da transmissão do futebol em Minas Gerais. Da Associação Mineira de Colunistas Esportivos, foi Oswaldo Faria o homem que mais assistiu a jogos no Mineirão.

Esclareço ainda que a homenagem prestada na época ao Governador Magalhães Pinto deve ser conservada, pois na ocasião era o Governador de Minas, e merece, portanto, que sua imagem seja lembrada através de um busto, estátua ou algo parecido, que faça com que seu nome permaneça na memória dos mineiros.

Apresento, hoje, um projeto de lei que altera a denominação do Mineirão, com a simples justificativa de que Oswaldo Faria se eternizará no esporte das Minas Gerais.

O amigo Oswaldo Faria, que tanto defendeu a bandeira do futebol em Minas e que foi o cidadão que mais jogos acompanhou na história do mineirão, merece esta homenagem.

No meio do cronismo esportivo, é tido como mestre e com todos os amigos da imprensa com quem conversei a opinião é unânime: Oswaldo Faria tinha enorme coração, mesmo com suas atitudes rudes, era um grande ser humano, que sempre estava disposto a ajudar ao próximo quando era preciso. Ninguém mais teve tanto carisma e força entre torcedores e a imprensa, e suas lições e sabedoria permanecerão na memória de todos que com ele conviviam.

Fica registrada minha homenagem e minha emoção ao discursar sobre tão brilhante figura. Perde o futebol, a imprensa, a sociedade. Não podemos deixar que o nome de Oswaldo Faria caia no esquecimento. Temos que nos esforçar para que seja lembrado para a eternidade de nossas futuras gerações.

Para complementar, lembro que há 45 dias almoçávamos juntos, e ele se lembrava de uma frase que disse para o Emanuel. "Não temos que homenagear quem morre, temos que homenagear quando está vivo". Isso foi falado a ele por mim. Essa é uma homenagem do desportista mineiro e de todos da minha categoria, da Associação Mineira de Colunistas Esportivos e de todos os homens que vivem do esporte.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, o assunto que nos traz a esta tribuna refere-se a dois projetos de grande significado e importância que estão tramitando nesta Casa. O primeiro é o Projeto de Lei Complementar nº 17, que estabelece a nova divisão e organização judiciária do Estado. O segundo é o Projeto da Nova Lei de Diretrizes Orçamentárias. Pediria ao Deputado Irani Barbosa que prestasse atenção na reflexão que faremos. O Projeto de Lei Complementar nº 17 foi encaminhado, no ano passado, a esta Casa, pelo Tribunal de Justiça, representando o Poder Judiciário. O projeto teve um primeiro momento de estudos, de notas técnicas elaboradas pela Consultoria desta Casa e, a partir daí, foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

Nesse intervalo, a Mesa Diretora da Assembléia recebeu a visita do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, que insistia na importância desse projeto para a organização do Judiciário, para a agilidade da prestação jurisdicional e também para a adequação do Poder Judiciário à nova realidade que se desenhava a partir das reformas administrativas do governo Federal. A Mesa Diretora assumiu compromisso com um Poder, com a Presidência do Poder Judiciário, de que levaria esta questão até o Colégio de Líderes para que houvesse decisão coletiva para garantir a agilidade na tramitação do projeto.

O Colégio de Líderes por unanimidade assumiu compromisso, firmado e assinado, de que votaria o Projeto de Lei Complementar nº 17 ainda no primeiro semestre deste ano ou até o final do recesso legislativo. Assumiu também o compromisso de que algumas questões polêmicas que dependiam da reforma do Judiciário, em nível federal, matéria hoje objeto de estudo do Senado Federal, se analisadas, em nível estadual, poderiam ficar prejudicadas. Entre elas, a eleição direta para Presidente do Tribunal de Justiça, a unificação dos Tribunais e a criação dos Tribunais Regionais de Alçada, questões que dependiam dessa análise.

O Colégio de Líderes quis avançar mais ainda e, por unanimidade, o PFL e o PSDB não assinaram, mas tinham assumido o mesmo compromisso. Não assinaram pela razão, muito particular, segundo os dois partidos, de que outros acordos de Líderes não haviam sido cumpridos. Mas disseram que concordavam "ipsis literis" com o que estava escrito naquele protocolo do Colégio de Líderes. Mas o nosso Colégio quis um processo democrático, e, por isso, a Assembléia Legislativa realizou sete audiências públicas regionais. Em Uberaba, Uberlândia, Pouso Alegre, Juiz de Fora, Ipatinga, Montes Claros e em Contagem, representando a Região Metropolitana.

Nessas audiências públicas, a Mesa Diretora falou em todas como Mesa da Assembléia representando o Colégio de Líderes, dizendo que haveria um esforço, e o projeto seria votado ainda nesse período legislativo. Não falávamos em nosso nome. Participei de três audiências: em Contagem, Pouso Alegre e Juiz de Fora. Outros colegas de Mesa falaram em outras

cidadas. Todos falamos em nome da Assembléia Legislativa. Assumimos o compromisso de que esse projeto, que democratiza o Judiciário, agilizará a prestação jurisdicional e adequará o Poder Legislativo de Minas à reforma administrativa federal, garantindo o acesso dos mais pobres, com maior agilidade, à Justiça. A criação de novas varas, de juizados especiais, permite que isso seja feito.

Agora, estamos refém de um único Deputado, que foi nomeado pelo Deputado Márcio Cunha como relator do projeto na Comissão de Fiscalização Financeira. Esse Deputado se nega, primeiro, a ter o seu parecer apreciado em Plenário. Usando de prerrogativa regimental, quer usar os 40 dias para ficar com o projeto em suas mãos. (- Pausa.)

O Deputado Durval Ângelo* - Acredito que o Presidente da Comissão, Deputado Márcio Cunha, ao nomear um relator, deveria escolher alguém que já conhecesse o processo, que tivesse participado da sua discussão.

Então, penso que o Deputado Irani Barbosa está expondo a Casa a uma situação ridícula e de descrédito, porque, nas audiências regionais, houve uma participação expressiva da sociedade. Advogados, Juizes, Promotores, representantes de entidades da sociedade civil, Prefeitos, e Vereadores participaram das audiências públicas, e as cidades estão esperando com ansiedade as mudanças que irão permitir uma agilidade maior na prestação jurisdicional.

Como uma Casa pode admitir esse comportamento de um Deputado que quer se impor de forma autoritária, como o Deputado Irani Barbosa? É um absurdo. Vou conceder-lhe aparte, mas, talvez, logo em seguida, tenha de fazer um segundo, porque, na hora em que falar da Lei de Diretrizes Orçamentárias, vou abordar a mesma postura que V. Exa. está assumindo no Projeto de Lei nº 17.

E já que quer fazer aparte, vou lhe fazer uma pergunta: com que interesse, Deputado, V. Exa. está segurando um projeto da Comissão, impedindo que um acordo desta Casa seja cumprido? Acho que Minas Gerais e esta Casa têm o direito de saber qual é o interesse de V. Exa. em segurar, em protelar a tramitação dessa matéria.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Durval Ângelo, fui indicado relator do projeto e, por isso, tenho de tomar conhecimento pleno do seu conteúdo, do que está inserido nele. Só vou citar dois casos de vício no projeto do Tribunal de Justiça que me levaram a pedir o prazo regimental, e um deles foi citado por V. Exa.: um Tribunal Regional criado em Contagem para atender à região metropolitana, quando já temos um em Belo Horizonte. Criar despesa inútil para se implantar o que pode ser implantado em mais comarcas no interior? Criar um Tribunal Regional em Uberaba e outro em Uberlândia? Até quando Minas Gerais vai participar dessas briguinhas localizadas e achar que podem ocorrer ao bel-prazer de pessoas como V. Exa., que acham que estamos no território de Cuba? Não. Vou usar o tempo que for necessário para apresentar o meu relatório. Pode ter certeza V. Exa. de que o relatório será feito com a maior competência, como tudo aquilo que assumo para fazer. Mas não vai ser com o ferrão a que V. Exa. está acostumado e com o exemplo de Cuba, que tem na cabeça.

Pode ter certeza também de que estou fazendo com consciência, com seriedade, muito mais do que V. Exa. mencionou. Implantar um Tribunal desses em Contagem é molecagem, é aproveitar do recurso público, que já está tão escasso neste Estado.

E não aceito nenhuma admoestação de V. Exa. Sou Deputado da mesma forma que V. Exa. e quero o mesmo respeito que exige desta tribuna. Não aceito também que me coloquem palavras na boca, como se eu fosse um moleque nesta Casa. O projeto está comigo e vai permanecer enquanto a ordem regimental o permitir.

O Deputado Durval Ângelo - Perfeitamente.

Aí é que está o grande problema. O Deputado não leu o projeto, não leu o substitutivo. Deputado Chico Rafael, é uma ofensa ao brilhante trabalho de V. Exa. o fato de o relator não conhecer o projeto.

Disse que existe uma emenda criando um Tribunal Regional em Contagem. Não é verdade. Isso prova a quem foi entregue o relatório de uma matéria tão importante: um ignorante no assunto, que ainda não leu o projeto.

Quanto à referência a Cuba, talvez V. Exa. só conheça os Alpes suíços. Apesar de se dizer um representante das classes populares, nunca pisou em regiões mais pobres. Talvez V. Exa. só conheça os ambientes carpetados dos palácios na Europa e não conheça Cuba. Acho que essa também é uma outra ignorância.

Gostaria de falar do segundo projeto. Permito-lhe um aparte rapidamente, porque ainda tenho de falar do Deputado Irani Barbosa, no segundo projeto que me traz à tribuna.

O Deputado Chico Rafael (em aparte)* - Não quero tirar o direito ao prazo regimental do Deputado Irani Barbosa para fazer a análise e a apreciação da matéria. Mas gostaria que ele se sensibilizasse para a necessidade de votar esse projeto, não só para honrar um compromisso assumido pelo Colégio de Líderes com a Mesa, mas pela urgência com que se fazem necessárias as reformas propostas no projeto, através de relatório elaborado na Comissão de Administração. Ressaltamos que trazemos inovações importantes para o Poder Judiciário, que irão facilitar o acesso do cidadão à justiça. Lembramos aos colegas Deputados que nosso projeto não tem só como objetivo criar despesas, da forma como o Deputado Irani Barbosa expôs, mas temos que ter a consciência de que precisamos dotar o Poder Judiciário de recursos para que tenha condições de realizar seu trabalho. Apresentamos, em nosso relatório, sugestão para suprimir os 60 dias de férias, concedidos aos servidores do Poder Judiciário, de 2ª Instância, uma categoria privilegiada. Espero que a Assembléia Legislativa apóie o nosso relatório com vistas a reduzir as férias dos referidos servidores de 60 para 30 dias, uma vez que não podemos conviver com esse tipo de distorção, em detrimento dos demais funcionários públicos do Estado.

O Deputado Durval Ângelo* - O Deputado Irani Barbosa demonstrou ignorância em relação ao projeto, ao falar de Contagem. Significa que ainda não leu o projeto. Vejam a temeridade: temos um relator de um projeto que nem ao menos procedeu à sua leitura. Mas ele não respondeu à pergunta fundamental: que interesse está por trás?

Deputado Irani Barbosa, também sou contra a criação de câmaras regionais, mas vou destacar em Plenário e votarei. Não protelarei a tramitação do projeto. O Deputado Chico Rafael sabe da nossa posição contrária, mas em momento algum tentamos protelar a votação.

Outro caso grave sobre o Deputado Irani Barbosa é o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Minhas senhores, meus senhores - e aí volto à pergunta inicial, que ele não respondeu -, o Deputado Irani Barbosa foi nomeado um dos relatores da nossa LDO e apresentou emendas que são pérolas das mais expressivas. Reduziu à metade os recursos do Ministério Público e condicionou parcela dos recursos do Poder Judiciário à aprovação por esta Casa. O Deputado Irani Barbosa revogou, de uma só vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal, que dá autonomia aos Poderes. É um verdadeiro absurdo. Acho que, para relatar matéria dessa seriedade, tem de ser bem escolhido o Deputado que irá fazê-lo. Temos de ser um Poder sério, mas também precisamos parecer sê-lo. Coisas desse tipo desmoralizam o Poder. Pergunto ao Deputado Irani Barbosa, ao fazer duas pérolas jurídicas, tentando inovar no campo jurídico, apresentando novas teorias, como pôde apresentar uma medida dessas? Estamos, novamente, Srs. Deputados, correndo o risco de uma crise institucional e de não podermos, na próxima sexta-feira, entrar em recesso devido a uma irresponsabilidade dessas. Creio que a maioria esmagadora desta Casa, que é séria, responsável, que trata Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Executivo com educação, com a autonomia que merece, dentro das normas constitucionais, precisa manifestar-se numa hora destas. Não podemos permitir questiúnculas que queiram inibir ou intimidar a ação do Poder Judiciário. Só Poder controla Poder.

Temos de defender o Poder Executivo, que é forte, o Judiciário e o Ministério Público, que é uma das grandes novidades trazidas pela Constituição de 5/10/88, na defesa da lei, do cidadão, da sociedade e da coisa pública. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos passando por uma situação inusitada nesta Casa, em que um Deputado quer se arvorar condutor da posição coletiva de todos nós. Isso é um verdadeiro absurdo. Volto à primeira pergunta que fiz: qual o interesse que o Deputado Irani Barbosa quer defender? Quais interesses quer esconder? É lamentável que o Poder Legislativo se preste a isso, apesar de todo o compromisso, de toda a seriedade e de todo o respeito que o nosso Presidente, Deputado Anderson Aauto, sempre demonstrou com relação aos outros Poderes, inclusive aqueles que, muitas vezes, não fazem o mesmo com relação ao Poder Legislativo. Em pleno ano 2000, no limiar de um novo milênio, é lamentável que o Poder Legislativo se preste a um papel tão mesquinho na pessoa de um colega Deputado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes que nos honram com a sua presença, ainda há pouco fui indagado por uma repórter de um canal da televisão de Belo Horizonte a respeito desse momento político e de uma entrevista que o Sr. Vice-Governador deu ao Canal 23. Perguntou-me sobre o que estava sentindo com relação a essas divergências políticas em nosso Estado. Há apenas uma resposta: é a falta de rumo e de domínio político deste Governo. Não há outra explicação. O Sr. Governador está passando por muitas dificuldades em sua base, que estão atrapalhando o próprio processo legislativo, pois estão interferindo na votação das nossas matérias. Essa confusão está levando as nossas lideranças ao descrédito. Os nossos Prefeitos já não recorrem ao Governo em busca de socorro para os seus processos administrativos, porque, quando chegam aqui, não há um caminho a ser percorrido. Infelizmente, isso se tem refletido nesta Casa, gerando discussões como essas e posições político-partidárias que são mudadas da noite para o dia, sem que haja compreensão de quem compõe a Oposição, com exceção do PSDB e do PFL, e de quem compõe a base do Governo nesta Casa.

Concedo aparte ao Deputado Alberto Bejani.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Gostaria de dizer para Minas Gerais que o que aconteceu ontem, em Juiz de Fora, é uma novidade que merece figurar no "Guinness Book". A Justiça Eleitoral notificou o Prefeito daquela cidade e o Governador do Estado, por estarem fazendo campanha antecipada. Juiz de Fora virou um circo. De norte a sul, vemos faixas com os seguintes dizeres: "Itamar apóia Tarcísio". "Tarcísio adora Itamar". E a Justiça, hoje, declara que a lei, como é séria, não irá permitir a homologação de candidato nenhum do PMDB.

E volto a perguntar se o Governador de Minas, Dr. Itamar Franco, foi eleito Governador ou cabo eleitoral de Juiz de Fora. Que se mude para lá de uma vez! Vai ser um prazer danado, no dia 1º, ganhar a eleição dele e do Tarcísio. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Nobre Deputado Alberto Bejani, entendo que ninguém mais do que V. Exa., que é conterrâneo do homem, poderá testemunhar o que está acontecendo.

Mas, continuando o raciocínio, fiquei sabendo hoje, e fiquei estarelecido, que o Governador vai inventar uma nova prática. Ele estará, hoje, despachando na Secretaria da Saúde. E, a partir desta semana, irá fazer um rodízio nas Secretarias, para despachar. Será como Governador, como Secretário ou como interventor?

A situação está dramática e tem nos preocupado muito, porque entendemos que, quando um Governador convoca um assessor direto, um Secretário, está delegando a ele o poder de decidir. Então, por meio dessa prática, ele está confessando que não tem a mínima confiança nos seus assessores. Não estou falando apenas como Deputado de Oposição. Fico triste, porque estamos observando uma falta de governo absoluta, uma falta de confiança tanto do povo quanto dos funcionários e, agora, das lideranças políticas neste Governo.

Infelizmente, está acontecendo isso, porque o Governador é um homem extremamente honesto, extremamente capacitado, mas faz com que o seu programa de governo nunca seja realizado; faz com que o seu planejamento político se sobreponha ao processo administrativo do nosso Estado. Aposto que o Lula e o Ciro Gomes, que estão hoje liderando as pesquisas, irão abrir mão de suas candidaturas para que o Sr. Itamar Franco seja o Presidente da República.

Então, o programa de governo do Dr. Itamar está totalmente furado, está fazendo água, e não dá para se ter credibilidade. Estamos estarelecidos com o que está acontecendo em Minas Gerais: não há Governo, não há programa de governo, não há Secretários confiáveis. E essa atitude de Itamar Franco dá direito a qualquer cidadão, a qualquer agente político, a qualquer liderança de não acreditar no seus assessores, porque, no momento em que S. Exa. nomeia um Secretário e vai ele mesmo despachar naquela Secretaria, está tirando a autoridade de o Secretário ajudá-lo no processo administrativo. Pobre Minas Gerais!

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, é para concordar inteiramente com o parecer do Deputado Mauro Lobo. À época em que o Governo encaminhou a esta Casa o projeto em tela, não estava ainda em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal. Com seu advento, esse tipo de operação de empréstimo ficou inviabilizado. Em razão disso, embora meritório, o projeto deixou de ter viabilidade jurídica; portanto encaminho pela aprovação do parecer e pela rejeição do projeto de lei.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, esse projeto pretende apenas antecipar para o mês de julho a vigência da repartição da quota estadual do salário-educação para os municípios. Na verdade, foi o então Presidente Itamar Franco que retirou do caixa único do Tesouro Nacional o salário-educação. Isso o livrou do efeito erosivo da inflação que havia antes do Plano Real, implantado pelo ex-Presidente Itamar Franco. É bom lembrar que o atual Presidente da República ainda não pertencia ao Governo. Isso fez com que o valor do salário-educação, excluído do passeio pelo caixa único do Estado, do efeito erosivo da inflação, aumentasse de três a quatro vezes o valor real do salário-educação.

Agora, a mesma coisa foi determinada pelo Governador Itamar Franco, também excluindo do passeio pelo caixa único do Tesouro da quota estadual do salário-educação. Isso deve ocorrer também no reconhecimento do processo de municipalização e da importância da participação dos municípios na educação fundamental. Então, o Governo está propondo que a parte do Estado do salário-educação seja repartida com os municípios, segundo critério estabelecido na legislação votada no ano passado.

Portanto, esse projeto só quer antecipar essa vigência. Havia emenda do Deputado Márcio Kangussu, relator do projeto, mudando o critério da distribuição, trazendo algum tipo de reconhecimento das necessidades mais prementes dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas. Mas, cientificado de que já havia destinação planejada pelos técnicos da Educação e da Fazenda, o Deputado Márcio Kangussu aquiesceu em retirar essa emenda. Eu o cumprimento por esta decisão e lhe garanto que esse tratamento diferenciado, essa discriminação positiva das regiões mais empobrecidas do Estado será tratada oportunamente, em outra matéria.

Encaminho favoravelmente ao relatório do Deputado Márcio Kangussu, para que se aprove este projeto de lei. Reitero o agradecimento ao relator pela compreensão demonstrada durante a análise do projeto. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Kangussu* - Sr. Presidente, diante da elegância do Líder do Governo, ao apoiar o meu pleito, queria apenas dizer que retirei a emenda por achar que poderia atrapalhar o projeto. Mas chamo, mais uma vez, a atenção da Casa para o tratamento diferenciado que precisa ser dado às regiões-pólo do Estado. No caso específico, Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e o Norte de Minas. Em face da postura do Líder do Governo, não me restava alternativa a não ser retirar a emenda e confiar na boa vontade da Liderança e dos pares para que, em outros projetos, como bem disse o Líder Sávio Souza Cruz, possamos fazer essa discriminação positiva, com os vales-pólo, e acabar com essa terrível desigualdade regional. Por isso, até mesmo por ser relator, encaminho positivamente pela aprovação da matéria.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de encaminhar favoravelmente a esse projeto, uma vez que já foi muito discutido no ano passado, nesta Casa. Originalmente, teve autoria da nossa colega ex-Deputada Maria Tereza Lara e deste Deputado.

Fizemos uma discussão muito exaustiva no ano passado, e houve o processo sancionado em janeiro deste ano. Sabemos que existe uma expectativa muito grande dos trabalhadores da educação, da UNDIME, dos Prefeitos, e o Governador também soube compreender a necessidade de se fazer essa antecipação.

Gostaríamos de cumprimentar o Deputado Márcio Kangussu, pela compreensão de encaminharmos a votação, neste momento, sem a emenda, o que já foi esclarecido pelo Líder Sávio Souza Cruz.

Também gostaríamos de cumprimentar, na oportunidade, o Governador, pelo fato de estar buscando essa distribuição de maneira justa. Todos os municípios estarão sendo contemplados, e não só os municípios reivindicados pelo Deputado Márcio Kangussu.

Portanto, encaminhamos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 978/2000 e concordamos com o parecer do Deputado Márcio Kangussu.

157ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 5/7/2000

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. e Sras. Deputadas, faço uso desta tribuna para abordar dois assuntos relacionados com a nossa querida cidade de Pirapora, que teve o prazer e nos deixou por demais envaidecidos por ter recebido na semana próxima passada o Deputado Rêmoló Aloise, que nos brindou com uma visita àquelas barrancas do rio São Francisco. Num momento em que se discute a falta de segurança em todo o País, registrada diariamente em nossos noticiários, é extremamente importante ressaltar o trabalho de policiamento, fiscalização e vigilância realizado pela Guarda Municipal de Pirapora, demonstrando a preocupação da Administração Municipal com a segurança da comunidade piraporense. Composta de 110 guardas e 4 inspetores, a Guarda Municipal conta com sede própria, viaturas e serviço de rádio para seu suporte, e trabalha em parceria com a Polícia Militar que, através de treinamento periódico, capacita seus profissionais para aumentar, cada vez mais, a melhoria da qualidade de atendimento à municipalidade. Além do trabalho rotineiro, a Guarda Municipal realiza campanhas de prevenção à violência, numa ação conjunta com a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. O objetivo maior dessas campanhas educativas é esclarecer a população jovem sobre as drogas, cujo uso, além de afetar a saúde, acaba gerando situações que levam a violência, com conseqüências dramáticas, com as quais, infelizmente, estamos sendo obrigados a conviver.

Que fiquem registrados meus votos de congratulações e a certeza de que nossos conterrâneos podem, agora, ficar mais tranquilos.

O segundo assunto, não tão ameno, vou iniciar com um breve histórico: em 1973, a Antarctica adquiriu a Companhia Itacolomy de Cervejas. A bebida proclamada como de preferência nacional encontra na nova fábrica a química perfeita, tornando a cerveja de Pirapora procurada, amada e festejada por todos. E a cidade mineira, conhecida por sua bela praia e pelo animado Carnaval, contribui para aumentar ainda mais as vendas da já tão famosa marca, que, para se instalar em Pirapora, foi beneficiada com incentivos governamentais e uma isenção fiscal ao longo dos seus dez primeiros anos de funcionamento.

Mas esse namoro não estava destinado à eternidade. Em novembro de 1998, a fábrica de Pirapora encerrou suas atividades, confirmando a série de boatos e especulações sobre seu fechamento. A desativação deixou centenas de pessoas desempregadas, mas com uma pequena esperança: a possibilidade de reabertura da fábrica em agosto deste ano, com a recontração dos funcionários por um salário mais baixo.

Mas essa esperança acaba de cair por terra. A fábrica não sofreu nenhuma modernização. Muito ao contrário, os piraporenses estão assistindo a um espetáculo lastimável: o desmanche e o sucateamento do seu maquinário, que diariamente é levado da cidade em imensos caminhões.

Neste momento em que a indignação toma conta de Pirapora, quero registrar o meu protesto contra a grande empresa que se aproveitou de todos os subsídios para se instalar nessa nossa querida cidade, contra a famosa marca que ameaçou fechar suas portas caso não houvesse redução da tarifa de água, o que mobilizou toda a representação política do município na tentativa de atender a essa exigência. Quero registrar meu protesto, em nome de seus ex-empregados, que já conviviam com o desemprego e agora precisam se acostumar a conviver com a dura realidade: a Antarctica de Pirapora não existe mais. O sonho acabou. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje me sinto na obrigação de trazer ao Plenário um pouco da história e do balanço dos trabalhos que a CPI do Narcotráfico e a sua ação em Minas Gerais vem fazendo ao longo dos últimos meses. Como relator da CPI, estamos iniciando a preparação do relatório. Algumas questões já é necessário levantar para que os Deputados e a própria Presidência da Assembléia Legislativa já tenham, pelo menos, alguns dados sobre os trabalhos.

Nas últimas semanas, a CPI do Narcotráfico vem, com o total apoio do conjunto da Assembléia Legislativa e da Mesa Diretora, logrando algumas vitórias importantes, que demonstram o trabalho sério que a Comissão vem realizando. Para se ter uma idéia, é a primeira que conseguiu um resultado concreto de julgamento de pessoas: a própria Comissão tinha solicitado aos Juizes e ao Ministério Público a prisão preventiva de pessoas envolvidas com o narcotráfico.

Quando fomos a Valadares, em março, fizemos uma solicitação, que foi atendida: a prisão preventiva da Delegada Maria Aparecida Pinto, feita no dia em que a CPI estava lá. Essa Delegada foi julgada e condenada a 12 anos de prisão, junto - se não me engano - com mais 2 detetives, 1 carcereiro e outras pessoas. Esse foi o primeiro resultado concreto de julgamento que uma CPI do Narcotráfico teve no Brasil.

Ontem, recebemos também a notícia de que o Capitão da Polícia Militar, preso também por solicitação da CPI, por tráfico de drogas na Grande BH, na região de Contagem, foi condenado a 6 anos de prisão. Foi o nosso segundo resultado concreto.

Ainda recentemente, com o grande apoio da CPI e o trabalho competente da Polícia Federal, foram apreendidas 1,5t de maconha na região Sul de Minas, próximo a Muzambinho, terra do Deputado Marco Régis, outro membro da CPI. Na verdade, essa apreensão significou o desmantelamento do maior depósito de distribuição de drogas no Brasil. Só nos últimos meses, foram lançadas naquela região mais de 10t de maconha, que seriam usadas no tráfico de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Portanto, a CPI vem obtendo vitórias importantes.

Enquanto estávamos em Valadares - gostaria da atenção dos Deputados para isso -, recebemos denúncia de um cidadão, Devair Lucas, que nos dizia ser vítima de flagrante forjado pela Delegada Maria Aparecida Pinto, condenada a 12 anos de prisão, e que isso teria ocorrido por interesse do Deputado Federal Lael Varella.

Como há rixa jurídica entre esse cidadão e o Deputado Lael Varella quanto a problemas patrimoniais, de venda de imóveis, a CPI, sem provas ou denúncias que envolviam o Deputado em nenhuma questão relativa ao narcotráfico, nada pôde fazer, a não ser comprovar que, de fato, a Delegada estava, sim, envolvida com o narcotráfico, com ameaças de morte ao Juiz, com extorsão e com flagrante forçado em cima do citado cidadão.

Ontem, fomos novamente procurados por esse cidadão, Devair Lucas. Por espontânea vontade, procurou a CPI dizendo que queria fazer novas denúncias, que ligariam o Deputado ao narcotráfico. Fizemos consultas a agentes da Polícia Federal de Governador Valadares, que já tinham conhecimento da tal denúncia e disseram que poderia haver cabimento, mas que havia novas linhas apresentadas, das quais não tínhamos conhecimento, na visita que fizemos a Governador Valadares.

Devair Lucas veio ontem, à Assembléia Legislativa. Escutamo-lo, primeiro, reservadamente, para saber se as denúncias teriam fundamento e não expor as pessoas com situações que pudessem ser do âmbito da CPI. Ao fazer uma primeira averiguação, vimos que, de fato, havia indícios preocupantes da ligação do Deputado Lael Varella com questões mais profundas que apenas a rixa entre eles do ponto de vista de negócios que fizeram no passado. Vou rapidamente falar sobre esses indícios.

Esse cidadão, Devair Lucas, apresentou-nos vários nomes de pessoas que, segundo ele, seriam "laranjas", estariam sendo usados como tal para transações ilícitas do Deputado Lael Varella. Mas, verificando os nomes, vimos que as pessoas, de fato, por meio de estudos que fizemos com o auxílio da Polícia Civil e da Federal, tinham uma quantidade enorme de caminhões, principalmente Scânia, em seus nomes. Uma delas, Raimundo, tinha 59 caminhões Scania em seu nome, 50 transferidos e 9 ainda em seu nome, sendo que não tem sequer onde morar. Um outro, lavador de carro, funcionário de um lava-jato vinculado à empresa de Lael Varella, tem diversos caminhões Scania em seu nome, sendo que sofre, inclusive, de distúrbios mentais. Tudo isso checamos, antes de fazer essa audiência pública. Mas esse vínculo foi feito.

Devair Lucas veio até à Assembléia Legislativa, por livre e espontânea vontade, querendo depor na CPI, e comunicou à imprensa que faria esse depoimento. Alguns Deputados poderiam perguntar se a CPI foi precipitada e não deveria ter escutado esse cidadão em reunião secreta. Tivemos todo o cuidado de verificar se indícios existiam, assim como argumentos novos, em primeiro lugar. Em segundo lugar, teríamos que zelar pelo próprio Legislativo. Não fizéssemos essa reunião de público, não escutássemos o cidadão que veio até a CPI, com documentos, querendo depor abertamente, certamente seríamos denunciados como aqueles que não quiseram escutar uma denúncia por envolver um Deputado Federal. Portanto, nossa atitude foi a de preservação do próprio Legislativo, deixando claro que, a partir dos indícios existentes, dos dados que temos, estamos averiguando a possível relação existente entre o Deputado Lael Varella e o narcotráfico em Minas Gerais.

O que temos de concreto é que esses nomes que nos foram dados são de "laranjas", pessoas que não teriam condições de ter nenhum caminhão Scania, não têm onde morar, não têm carro próprio, não têm coisa alguma, são pessoas extremamente simples. Elas têm algum tipo de ligação com a empresa do Deputado Lael Varella, em Governador Valadares; um deles, o Raimundo, é irmão do Gerente de Vendas da empresa do Deputado. O outro, que é lavador de carro, trabalha num lava-jato que tem ligações com a empresa do Deputado. Não temos a certeza de que esses caminhões, comprovadamente em nome desses "laranjas", têm ou não ligação com a empresa, averiguação que a CPI está fazendo. Mas, ao que tudo indica, há evidências de que existem essas ligações, o que não significa que, por isso, esteja havendo "lavagem" de dinheiro do narcotráfico. Trata-se de denúncia que teremos de averiguar. Pode ser, até mesmo, alguma forma de a empresa fugir do Imposto de Renda ou coisa do tipo. Mas a CPI é obrigada, também, a fazer esse tipo de averiguação.

Presto este esclarecimento aos Deputados, porque nós, da CPI, estamos tendo o maior cuidado possível para que denúncias feitas tenham indícios e as pessoas apontadas tenham todas as condições de defesa. Não vamos prejudicar ninguém, mas também não permitiremos que nada seja acobertado por ser Sicrano, Beltrano, Juiz ou Deputado. Este é um compromisso de todos nós, Deputados da CPI.

Há, ainda, na CPI, questões a serem tratadas. Provavelmente, precisaremos de que o conjunto de Líderes prorrogue essa CPI, para a elaboração do relatório e o fechamento das últimas questões que têm aparecido.

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Deputado Rogério Correia, enalteço o seu depoimento, como relator desta CPI, mantendo postura equilibrada, o que não me surpreende, porque, desde que chegou a esta Casa, foi sempre explícito em suas ações, sendo, por isso, merecedor da nossa admiração e estima.

Ontem, quando tomei conhecimento da questão ligada ao Deputado Lael Varella, preocupei-me, porque a nossa região da Zona da Mata está sendo vista. Conheço esse Deputado desde 1986 e, apesar de os nossos contatos estarem restritos à política, conheço a sua luta e o seu trabalho em favor da nossa região. Nesse tempo todo em que está no Congresso, mesmo que não estivesse fazendo nada, bastaria o que tem feito por Muriaé. Fez o Hospital do Câncer, que se tornou referência para Minas e o Brasil. Após o falecimento do seu filho, doou-se por inteiro a essa causa, contando, evidentemente, com a ajuda de verbas externas.

Como V. Exa. disse, precisa haver cautela no exame dessa questão, porque é muito doloroso para uma pessoa estar sendo acusada. Evidentemente, o Deputado virá a esta Casa, quando for convidado, para se explicar. Tenho certeza de que houve um mal-entendido. Posso afirmar que jamais alguém falou que o Deputado Lael Varella estivesse envolvido com drogas, nem na Zona da Mata. No que tange à comercialização, se houver algum erro, que seja explicado. É muito importante que a comunidade saiba que não está envolvido com essa questão do tráfico de drogas. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Agradeço o aparte, Deputado Bené Guedes. Fico devendo aparte ao Deputado Sargento Rodrigues. Tenho certeza de que poderá retomar esse assunto.

Faremos toda essa averiguação, para saber se há ou não vínculo entre o Deputado Lael Varella e essa questão do tráfico de drogas. Jamais deixaríamos que a CPI fosse usada como tribuna para tratar de alguma questão pessoal. Sabemos da rixa que existe entre o Deputado e o Sr. Devair Lucas, que fez a denúncia, mas estamos nos limitando às comprovações documentais. Averiguaremos e apuraremos os fatos, jamais partidizando essa questão, que é tão grave, do narcotráfico em Minas Gerais e no País. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, imprensa, abordaremos alguns itens que são assuntos do momento e merecem algum esclarecimento.

O Governador Itamar Franco continua no seu isolamento, basta observar as fotografias que saem nos jornais, em que S. Exa. aparece apenas na companhia dos militares e do Sr. Hargreaves. E, nesse isolamento, consegue, nos seus momentos de fúria ou de ataque, continuar com suas picuinhas pessoais, prejudicando o Estado. Cada dia, cria um "factóide". "Factóide" quer dizer parecido com um fato. E são fatos que não sabemos se são para "marketing", se para chamar a atenção. Isso constitui um narcisismo hipertrofiado: adorar a si mesmo, chamar a atenção para si mesmo e esquecer-se de governar o povo.

O povo de Minas Gerais precisa de um rumo. Já vai para dois anos de Governo, e, até hoje, nada. Tira Secretário, põe Secretário, tira assessoria, põe assessoria. Já houve troca de mais de dez Secretários em um ano e meio de governo. Isso traz preocupação ao povo, que está órfão de governo. E esta Casa, o Poder Legislativo, tem cumprido o seu papel extremamente bem. Estamos fazendo uma análise do Poder Legislativo. Procuramos resolver o gargalo que havia no relacionamento da Casa, que continua prestando o seu serviço, cumprindo sua missão de elaborar as leis, fiscalizar o Executivo e, mais ainda, compreendendo a situação pessoal do Governador, que todos os dias "cria caso" com o Presidente da República. Os jornais estão tendo que noticiar fatos praticamente superados: o Governador fazendo questionamento ao Presidente da República, sem ser respondido. Já aconteceu de, em determinadas circunstâncias, a PM ter de atuar, mas ele não determinou a PM que se dirigisse ao local. Não adianta fazer contato com o Município de Buritis, porque a PM não vai. Uma vez fez vista grossa quando saiu da Fazenda do Presidente um caminhão de adubo, que foi saqueado pelo MST. Então, o Presidente, para governar com tranquilidade, tem direito legal de ser protegido. É o Presidente da República e fez uso preventivo da força do Exército para proteger, não para confrontar.

O que queremos é pedir ao Governador, aos seus assessores que tratem das questões maiores do Estado. Picuinhas pessoais estão abaixo do interesse do povo. Todos estamos cansados dessa posição de confronto com o Presidente da República. Precisava haver um confronto das questões maiores, dos problemas da saúde, que está muito complicada no Estado. Inclusive, o ex-Secretário, nosso companheiro, fez depoimento ontem no Ministério Público, muito grave. Foram R\$14.000.000,00 para o ralo. O povo está morrendo nas filas. Vamos solicitar a instauração de uma CPI para promover uma verdadeira auditoria na saúde pública do Estado, no setor curativo, no setor preventivo, a fim de verificarmos como está o sistema de emergência e urgência da FHEMIG, como funciona a FUNED. Nisso, esta Casa vai fundo, podem esperar. Vamos fazer um diagnóstico da saúde e analisar o Estado como prestador de serviço público de saúde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho fazer um alerta: o Governador precisa tratar as questões maiores e governar o Estado, deixando dessas picuinhas, que envolvem seus assessores, como Alexandre Dupeyrat, que só cria factóides. Precisamos trabalhar com seriedade. Isso é coisa de fantasia infantil. A imprensa tem que noticiar, mas, quando buscamos algum conteúdo, não encontramos. Precisamos tratar de questões sérias. No Legislativo, estamos preocupados em fazer leis ordinárias, inspiradas na Constituição, fiscalizar os poderes com princípio e ética, criando leis ordinárias, de forma exequível e moral, buscando entendimento entre os três Poderes.

Ontem, o PSDB entrou com ação no Ministério Público, que tem o dever de fiscalizar o cumprimento da lei, para que se coloque um ponto final nessa questão das placas. Há uma briga para saber se é estrada federal ou estadual, mas a prioridade são as estradas asfaltadas, viáveis, com boa conservação, a fim de se evitarem os desastres que ceifam tantas vidas.

No Legislativo, não estamos de lado algum, apenas queremos o fim dessas brigas menores, e, por isso, fomos ao Ministério Público, impetrar ação no sentido de encerrar o assunto. Isso virou briguinha política, o que não nos interessa.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado Hely Tarquínio, acompanhei o seu pronunciamento, e, realmente, deixa-nos perplexos, angustiados, em alguns momentos, e extremamente preocupados com os destinos do Estado. Temos um Governador que dá um péssimo exemplo para a sociedade com relação à questão partidária, desprezando os partidos políticos. Foi Presidente da República sem partido político e agora é Governador do Estado também sem partido político, além de brigar com os partidos que lhe deram sustentação e apoio. Hoje, vemos o Estado à deriva, sem comando, sem direção, pois o Governador foi para Juiz de Fora, enclausurou-se e deixou o Estado abandonado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão, assim que foi designado Secretário da Saúde, veio à Comissão de Saúde para falar de um belo programa nessa área. Aliás, tinha se comprometido a prestar contas. Ora, se fez, como Secretário, um programa de saúde, não havia outro antes dele, ou seja, não havia orientação governamental para a área da saúde. Agora, sem o Secretário Adelmo, a Secretaria está à deriva, com denúncias de roubo, irregularidade, falcatura e irresponsabilidade. Enquanto o Governador não toma atitude, o povo está morrendo, sofrendo as consequências de sua irresponsabilidade.

A Secretaria da Saúde não tem Secretário, nem Adjunto. A Secretaria do Meio Ambiente está à deriva, sem Secretário, parece que o Adjunto sairá agora. A Secretaria da Indústria e Comércio também não tem Secretário. Por outro lado, o Hargreaves é Secretário da Comunicação Social, da Casa Civil, Presidente da COMIG e participa de outro órgão também. Apresentaremos requerimento para que venha ser sabatinado, pois o Presidente da COMIG tem de ser sabatinado na Assembléia Legislativa. O Secretário da Agricultura, Raul Belém, também é Presidente da EMATER. E, também nesse caso, apresentamos requerimento para que venha ser sabatinado.

Agora, faz uma troca geral, colocando todo o seu grupo. Temos denúncias graves a respeito da TV Minas. Estamos esperando que cheguem às nossas mãos, a fim de formalizá-las. Onde está o Governador? Está envolvido com suas briguinhas pessoais com o Presidente da República, com quem está muito mais preocupado. Ora, Governador, V. Exa. foi eleito para governar Minas Gerais, e o povo mineiro está exigindo isso. Em determinada hora põe as placas, em outra tem alucinações com toda a sua equipe, dizendo que o nosso Estado será invadido, depois dar entrada a um processo contra o Presidente da República. O povo mineiro quer saber quando começará a governar Minas Gerais. Essa é a pergunta que precisa ser respondida. Existem denúncias de irregularidades na FUNED, na Secretaria da Saúde, na FHEMIG, além de todas as que já passaram por esta Casa. É uma questão gravíssima. Esta Casa terá de tomar uma posição, exigindo que Minas tenha Governo. Enquanto isso, perdemos todos os investimentos que poderiam estar em nosso Estado, porque foram para São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, por falta de um Governo, de um timoneiro, de um comandante. Minas está à deriva.

O Deputado Hely Tarquínio - Muito obrigado, Deputado Miguel Martini. Reafirmando as suas palavras, o Sr. Itamar Franco está dividindo o povo, cada vez mais. O povo espera que seu governante promova o bem, seja equilibrado, colocando as questões do Estado de forma exequível, procurando soluções que amenizem os problemas de sobrevivência e mantendo as estruturas. Como manter as estruturas se as Secretarias já trocaram de titular por mais de dez vezes, em um ano e meio? Cada vez que um Secretário é substituído, o mesmo ocorre com mais de 150 pessoas, retardando, assim, o funcionamento do órgão. Como estabelecer políticas públicas? Como administrar o Estado? Estamos estupefatos, porque nunca tivemos um Governador numa situação dessas. A base de apoio ao governo na Assembléia é totalmente lábil, isto é, hoje são alguns Deputados, amanhã são outros, e todos decepcionados. Já cansamos de repetir esse assunto, que se está tornando até enfadonho.

Outro tema que abordaremos diz respeito à UEMG. Ontem, foi aprovado um projeto de lei do Deputado Márcio Cunha. Segundo o Deputado, esse projeto, desta vez, está correto, já que se trata da doação de uma área à UEMG destinada à construção do "campus" universitário em BH. Disse ainda que o ex-Governador Azeredo havia mandado para esta Casa um projeto similar que incluía a construção de cadeias públicas, o que não é verdade. Ocupamos esta tribuna para comentar esse assunto e corrigir as palavras de nosso colega Deputado, que está fazendo afirmação partidária, política, o que nos interessa pouco. É preciso falar verdade. O ex-Governador Azeredo, em 1998, enviou mensagem a esta Casa com o objetivo de doar esse mesmo terreno para a UEMG, além de outros no interior, para a construção de "campi" universitários. Portanto, o Deputado ressuscitou o projeto, denegrindo, na sua fala, o que havia sido feito, a fim de dizer que se trata de um mérito pessoal. Não. O mérito pode até ser dos dois, mas não é somente dele, pois esse processo começou por meio de mensagem do ex-Governador Eduardo Azeredo.

Abordarei outro fato extremamente importante, isto é, a proposta de emenda à Constituição aprovada no Senado sobre a vinculação de percentuais para a saúde. É um processo gradativo, num horizonte de dois ou três anos, envolvendo as esferas federal, estadual e municipal.

É muito importante o binômio saúde e educação. Em um tripé, são os dois pilares mais importantes. Não podemos negar que a educação no Brasil teve um progresso vertiginoso. Sabemos que, com todas as mazelas administrativas, os 25% caracterizados e os 18% da União aos municípios fizeram com que a educação melhorasse e colocasse o Brasil numa situação ainda sofrível, porém de progresso. Um povo só tem condições dignas se os seus filhos têm educação de bom nível e igual para todos. Ainda estamos longe, mas educação é essencial. Seguindo esse raciocínio, em boa hora, por meio do Deputado Mosconi, criou-se essa proposta de emenda à Constituição, de vinculação de recursos específicos para a saúde. Embora estejamos no 72º lugar em condições de qualidade de vida, e parece-me que em 19º lugar, na América Latina, em saúde, foi muito feliz essa iniciativa. Depois de sete anos foi aprovada pelo Senado e ainda não o foi em 2º turno porque, parece-me, tem de ser aprovada pelo Congresso, mas é lógico que será muito importante.

Deixo um alerta no sentido de que o problema não é só dinheiro para a saúde, é transparência, gerenciamento, é conhecer os ralos, porque não adianta vir muito dinheiro e ser mal destinado, mal gerenciado. Parabéns ao Deputado Mosconi, que recebeu aplausos do Congresso Nacional por essa proposta, que visa melhorar a saúde e trazer mais felicidade para o nosso povo. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, gostaríamos de retomar um assunto já abordado desta tribuna pelo Deputado Rogério Correia, que diz respeito aos trabalhos da CPI do Narcotráfico. Estamos trabalhando há cerca de cinco meses nessa CPI e já temos solicitação para que seja prorrogada por mais dois meses. Entendemos essa solicitação, porque alguns assuntos ainda não foram definidos, como a fuga de Fernando Beira-Mar do DEOESP; a situação do Triângulo, em que alguns casos ficaram sem definição; e a questão envolvendo o Norte de Minas, no caso do Deputado Arlen Santiago e de Paulo César Santiago, mas gostaríamos de esclarecer que, infelizmente, em alguns pontos, dependemos de informações de outros órgãos, como o Banco Central e companhias telefônicas, no caso de quebra de sigilo bancário e telefônico, o que vem atrasando o trabalho e a definição dessas linhas de investigação, em razão de denúncias que chegaram até a CPI.

Gostaria de destacar, além disso, que a CPI do Narcotráfico tem um trabalho reconhecido pela mídia como inédito no País, ou seja, através de investigações, conseguiu obter uma condenação pela justiça mineira. Pela primeira vez no País o trabalho de uma CPI culminou em condenação, e, é lógico, teremos mais desdobramentos desse trabalho, como disse o Deputado Rogério Correia.

Não podemos deixar de destacar a colaboração firme da Polícia Federal, do Ministério Público, da Corregedoria da Polícia Civil, da Polícia Militar e de outros órgãos que também foram solicitados. Infelizmente, a CPI também tem as suas limitações, mas com a força-tarefa somada por todos esses órgãos, com certeza apresentará, no final, um relatório com um saldo extremamente positivo. Vamos apresentar várias proposições de lei, porque, ao longo dessas diligências pelo interior do Estado, deparamos com vários casos, e temos a certeza de que é necessário corrigir a legislação estadual vigente. Vamos também propor à CPI federal e aos Deputados Federais que apresentem também algumas propostas, porque, com certeza, a CPI do Narcotráfico irá contribuir com sugestões.

Gostaríamos, mais uma vez, de ressaltar as palavras do Deputado Rogério Correia. Como sub-relator no caso da região de Valadares, obtivemos essa condenação na justiça, com a perda da função de vários funcionários públicos envolvidos, infelizmente, com essa situação criminosa em Valadares.

Também na situação que envolvia um Capitão da Polícia Militar, por meio do nosso requerimento e de diligências feitas por este Deputado, levamos até à CPI e não só obtivemos êxito nas investigações, como também a condenação na justiça.

A CPI do Narcotráfico de Minas Gerais está de parabéns, por ter até o presente momento alcançado excelente resultado. E, ao final, a população terá várias proposições de lei apresentadas, que visarão a impedir o aumento do narcotráfico e a minimizar esse problema, melhorando as condições de trabalho no setor das penitenciárias e na ação das duas polícias.

Encontra-se também em tramitação nessa Casa uma proposta de emenda à Constituição de autoria deste Deputado, do Deputado Cabo Morais e da Deputada Elaine Matozinhos, que trata da integração das duas Polícias. Não podemos deixar de falar sobre o assunto, porque a CPI do Narcotráfico também detectou que, infelizmente, as duas Polícias - a Civil e a Militar - deveriam estar integradas há muito tempo, porque o resultado negativo dessa falta de troca de informações e de planejamento no combate ao crime, nesse desencontro dos dois aparelhos policiais contribui, muito para o negativismo na ação policial. Ou seja, não temos um trabalho melhor e uma eficiência maior nas ações policiais devido à falta de integração dos dois aparelhos policiais. Esse seria o primeiro assunto que gostaríamos de ressaltar.

Quanto ao segundo assunto, tenho a certeza de que todos os Deputados desta Casa já devem ter tido solicitações e encaminhamentos: trata-se do salário dos servidores do Poder Legislativo.

Gostaríamos, neste momento, de conchamar os demais Deputados desta Casa a, juntos com a Mesa, viabilizar o reajuste salarial dos servidores do Poder Legislativo. Temos recebido várias reclamações, não só de nossos assessores, como de outros gabinetes. É necessário que o Presidente Anderson Aduato e os demais membros da Mesa venham a discutir esse assunto com uma certa agilidade.

O Poder Executivo já concedeu aumento salarial a todos os seus funcionários, e estes, já neste início de mês, estão recebendo os seus contracheques com aumento. É praxe do Poder Legislativo, todas as vezes que é dado aumento salarial ao Poder Executivo, reajustar o salário dos seus servidores.

Fica aqui um apelo aos nobres pares desta Casa para que aceleremos as discussões e o debate em torno da questão do aumento salarial para todos os funcionários deste Poder, porque entendemos que eles prestam relevantes serviços, quer seja no corpo técnico, quer seja no recrutamento amplo. Entendemos que os nossos servidores devam receber aumento salarial e que essa questão seja levada ao Colégio de Líderes na sua próxima reunião. A expectativa é grande, e sabemos que os servidores estão aguardando um pronunciamento dos Deputados desta Casa. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de 20 anos de história, o PT chega à maturidade política. As administrações municipais em cidades como Belo Horizonte, Ipatinga, Betim, Luz, Poté, Naque, Turumirim, Coronel Fabriciano, João Monlevade, Itabira, Tombos, Cambuí, Illicinea, entre outras, comprovam a eficiência, a oportunidade e o dinamismo das propostas do PT para enfrentar os principais problemas modernos, como a devastação ambiental, o desemprego, a crise na saúde, na educação e na segurança pública.

Ipatinga e Betim são exemplo de administrações bem-sucedidas nas áreas ambiental, da educação e da saúde, que vêm consolidar o programa de governo de nosso partido.

Ao ler o artigo "Udenismo Infantil", assinado pelo psicanalista Everardo de Oliveira no jornal "Estado de Minas" - edição de 3 de julho deste ano -, passei a analisar o País antes e depois do PT e fiz ainda algumas indagações do que seria o Brasil sem o PT.

Com que níveis de corrupção estaríamos convivendo sem o PT? O que seria dos direitos dos trabalhadores, da greve como forma de pressão, dos direitos humanos, da discriminação econômica, sem falar na racial, do meio ambiente, da bolsa-escola, dos Bancos populares, da renda mínima e de tantos outros projetos que devolvem a dignidade ao povo brasileiro, sem esse partido?

Mas basta o PT, diante de um impasse que coloca em risco os seus princípios, adotar posição política coerente, para ser julgado de forma implacável, como se fosse ele o culpado de todos os desmandos e pelo Brasil ainda estar distante da justiça social.

O amadurecimento político de nosso partido ensinou-nos também que a mesma porta que serve de entrada pode também servir de saída. Isso sem ferir os nossos mais caros preceitos.

O PT dividiu-se no apoio ao Governador Itamar Franco e, quando decidiu pela participação no Governo, ele o fez consciente. A nossa atuação na Secretaria de Meio Ambiente comprova o nosso esforço em auxiliar o Governador. Nossos quadros na Secretaria de Administração, da Educação, no Instituto da Terra, no Planejamento deixaram transparência de propósitos, ética e compromisso dos militantes de nosso partido.

Em nenhum momento, o PT esqueceu-se de que o Governo Itamar não era um governo do PT, mas um governo de coalizão, com forças partidárias diferentes nos propósitos e no conteúdo.

E aí o ledor engano do psicanalista Everardo de Oliveira, ao julgar a atitude do PT de abandonar o Governo Itamar Franco como traição, em favor de interesses paroquiais e corporativos. O que ele chama de questiúncula de província é, para nós, conquista dos trabalhadores, que é o direito de greve.

Ao assumir essa atitude, ao contrário do que pensa o Dr. Everardo, estávamos nos reportando aos nossos princípios, defendendo o direito de uma categoria reivindicar, lutar pelos seus interesses, ter a liberdade fundamental de fazer greve e discutir os rumos da educação, da saúde, da segurança pública, etc. Se abandonássemos os trabalhadores naquele momento e continuássemos no Governo, mesmo diante do propósito de demissão de trabalhadores em greve, aí, sim, poderíamos aceitar a acusação de oportunistas, de empreguismo.

Mas o PT foi altivo, coerente. Preferiu deixar o Governador livre para governar da forma que bem entender, já que, naquele momento, os nossos propósitos se distanciavam. Isto não significa que o Governador não seja um aliado importante. É e será fundamental para implantarmos no País um governo de centro-esquerda, com um programa de qualidade e de compromisso com a maioria da população que pretenda erradicar a pobreza e trazer dignidade para o povo.

O PT não traiu Minas, nem o Brasil, nem seus militantes mais valorosos, como o companheiro Patrus Ananias. Pelo contrário, o PT se fortaleceu, não quis repetir o ditado que prevaleceu nas revoluções socialistas frustradas, de que "os fins justificam os meios". Para nós, os meios para conquistar os nossos objetivos são os instrumentos de educação e conscientização, são os conteúdos que darão sustentação aos nossos propósitos.

O PT cresce a cada decisão amadurecida, consciente que toma, investe-se de credibilidade ao assumir postura firme, não corruptível, de defender os princípios que são as razões de sua existência.

Onde o PT governa impera a moralidade, o zelo com os recursos públicos, a transparência, a ética e a participação popular. Não queremos carregar sozinhos a bandeira da moralidade, não queremos ser os donos da verdade. Por isso, estamos construindo um movimento de centro-esquerda em nível nacional, que será responsável por tirar o Brasil do marasmo, da corrupção passiva, da inoperância administrativa e dará um novo alento de esperança ao nosso povo.

O PT, fora do governo, mantém o seu compromisso com Minas Gerais e com o Brasil, e não se afastará de seus propósitos, porque são eles que nos dão sustentação e nos mantêm em consonância com os anseios da maioria de nosso povo.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil inteiro assistiu, em transmissão ao vivo, pela televisão, nas fortes cores de terrível realidade, as cenas do seqüestro ocorrido na lotação Leblon 174, no Rio de Janeiro, cujo desfecho, marcado pela tragédia, ensejou decisiva reação de nossa sociedade para dar um basta a tanta violência e criminalidade praticadas atualmente, em nosso País.

Encontramo-nos diante de um grande desafio. Como reverter esse quadro de insegurança e instabilidade que amedronta a todos nós? Que ações devem ser implementadas? Por onde começar? São indagações que clamam por urgentes respostas, visto que a sensação é a de que não dá mais para esperar. Contudo, uma certeza brota desse ambiente de medo e intranquilidade. É a de que nenhuma medida obterá êxito bastante se não for empreendida a partir da mobilização de toda a sociedade em perfeita sintonia com as instituições que balizam o nosso Estado democrático de direito.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, na vanguarda desse sentimento, imprime passos decisivos na direção que busca a formatação de alternativas concretas, que permitam minimizar a verdadeira dor social, que aflige homens e mulheres, jovens e crianças, ricos e pobres, indistintamente.

É assim que o parlamento mineiro realiza, amanhã, no Dia Estadual da Segurança Pública, ampla discussão, objetivando trazer a lume ações que, efetivamente, consigam aprimorar o dever do Estado nessa tarefa tão árdua, que é manter uma condição mínima para que a população possa desempenhar suas tarefas cotidianas com tranqüilidade e paz.

Como atividade principal, haverá a Teleconferência Segurança Pública: o Papel do Estado e da Sociedade Civil, uma boa oportunidade para que o povo mineiro, legalmente representado, possa exprimir sua ansiedade e, ao mesmo tempo, propor sugestões para o combate à violência.

É bem verdade que os números exibidos em recente reportagem da revista "Veja" causam espanto, porém não são eles razão para sucumbirmos diante da fatalidade. Ao contrário, tornam-se elementos de referência para nos impulsionar na busca de uma realidade diferente, em que a esperança não seja frustrada por uma bala perdida, por um seqüestro seguido de morte, pela ação do crime organizado, pela impunidade ou, até mesmo, pelo hediondo crime do "colarinho branco".

Não resta dúvida de que uma das ações a ser empreendida é aquela que passa pela profunda reformulação do sistema de segurança pública. Essa necessidade decorre do fato de que o referido sistema engloba distintos momentos e situações da vida da sociedade mineira, envolvendo o policiamento ostensivo de natureza preventiva, a investigação de delitos e de crimes, o julgamento dos supostos autores desses delitos, o cumprimento das medidas punitivas ordenadas e, fundamentalmente, a reintegração do indivíduo ao convívio social.

Documentos elaborados pela Organização das Nações Unidas atestam que, em países menos desenvolvidos, um número maior de pessoas vê-se compelido a se engajar em atividades

criminosas como forma de sobrevivência econômica. É nesses locais que a cultura da miséria incorpora o alcoolismo, o uso de drogas, a prostituição, o abandono infantil e altos índices de delinquência, incluindo a que se pratica contra as mulheres e as crianças.

Esse aspecto, Srs. Deputados, Sr. Presidente, ensejador do agravamento dos índices de criminalidade e violência, aponta-nos para o ponto nevrálgico de toda a questão. Trata-se da enorme dívida social contraída pelo Estado brasileiro, a qual massacra o povo, privando-o de elementos vitais à constituição da própria cidadania.

Portanto, quando nos propomos discutir a situação da segurança pública, devemos, essencialmente, focar a atenção naquilo que deve se sobrepor a todos os interesses. É inadiável direcionar o Estado brasileiro para o desenvolvimento de políticas sociais eficientes, capazes de atenuar as agruras e as mazelas experimentadas pela maioria absoluta de nossa população. Está mais do que comprovado que demanda menos recursos investir na boa formação da criança do que gastar na recuperação do delinqüente.

O momento que vivemos reclama lucidez e ação rápida. Não há como ficar impassível diante da grave realidade. Por essa razão e na condição de membro do grupo de trabalho constituído por esta Assembléia Legislativa para elaborar sugestões do Poder Legislativo para a atuação dos órgãos públicos, conclamamos a todos os mineiros a participar efetivamente no encontro de amanhã.

É certo que a construção de uma política de segurança pública eficiente no combate às variadas formas de violência e criminalidade passa pelo envolvimento de todos nesse debate. Conclamo, assim, o povo mineiro, que não poderia se omitir neste momento tão significativo e importante para Minas e o Brasil, de estarmos juntos amanhã, discutindo efetivamente as sugestões, para que Minas, acima de tudo, possa dar demonstração inequívoca de ser exemplo de paz, tranquilidade e respeito à vida humana.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Cumprimento V. Exa. pela clareza com que aborda o assunto, convocando a sociedade mineira para discutir a segurança pública. Por outro lado, fico preocupado quando observo que a segurança, hoje, é, acima de tudo, uma preocupação da sociedade, das pessoas comuns, que se sentem acuadas, presas em sua residência, tendo cerceado o direito de ir e vir pelas ruas sem que tenham a vida colocada em risco. É o que vem acontecendo em parte de Belo Horizonte, levando pânico às pessoas.

Preocupa-nos o fato de, no momento em que estamos partindo para os quatro cantos de Minas, numa teleconferência que será seguida nos grandes centros, inclusive em Montes Claros, onde estarei nos trabalhos de coordenação, observarmos a má vontade do Governador para com essa iniciativa do Poder Legislativo. Ele disse que não permitirá que nenhum de seus assessores diretos participe, amanhã, dessa teleconferência. O Governo de Minas Gerais está de pirraça com o Presidente desta Casa por ter tomado a iniciativa dessa discussão com a sociedade belo-horizontina e com os grandes centros. Infelizmente, pelas informações que tenho, não estarão aqui o Secretário da Segurança Pública nem o Comandante da Polícia, sendo que nossa segurança encontra-se nas mãos dessa gente. As Polícias Civil e Militar são duas corporações absolutamente preparadas, têm bom nome em Minas Gerais. O Governador deveria estar aqui, para dizer que a segurança pública é prioritária e uma questão de honra para seu Governo, em vez de ficar fazendo pirraça e brigando com o Presidente desta Casa.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço a participação de V. Exa., tendo a certeza de que tanto o Poder Legislativo quanto o Executivo e o Judiciário, o povo mineiro, num só sentimento, haverá de resgatar, de retribuir o que há de mais importante para nós, brasileiros, que é a paz, a tranquilidade e a felicidade, independentemente da violência.

O Deputado João Batista de Oliveira (em aparte) - Cumprimento-o pela convocação feita, com tanta eloquência, por V. Exa., conclamando a participação da sociedade. Gostaria de colocar, para discussão, o fato de que a questão da violência e da segurança poderia ser resolvida com a educação. Vemos que algumas escolas têm cinco turnos, sendo que as crianças nelas permanecem por apenas 3 horas, passando de ano sem estudar. Quero reafirmar um projeto do nosso partido, o PDT, referente ao CIEP, à escola de tempo integral, procurando segurar, durante todo o dia, as crianças na escola, para que não tenham tempo de se envolver com atitudes mal formadoras de caráter, e não se tornem adultos violentos.

Fiquei triste com o pacote que o Presidente da República apresentou relativo à segurança: coloca iluminação pública, mas não coloca eletrificação rural, a fim de que as pessoas continuem morando no campo. V. Exa., que viajou com a Comissão de Agropecuária por todo o Estado, pôde ver que a falência do plantio do algodão na região de Porteirinha e Janaúba, no Norte de Minas, desempregou 120 mil pessoas, que foram para Montes Claros e Belo Horizonte. Não podemos discutir sobre segurança nas grandes cidades sem uma proposta de desenvolvimento das cidades do interior, com garantia de qualidade de vida, de emprego e de renda. Daqui a pouco, haverá 95% da população de Minas morando na Grande BH. Assim, será impossível conter a onda de violência. Desenvolver as cidades do interior será a garantia de que as pessoas ficarão ligadas aos seus valores culturais e religiosos, ganhando o seu sustento nessas cidades.

Enquanto o Governo não inverter esse fluxo, não conseguirá resolver o problema da violência, pois estará tratando do efeito, e não da causa. É importante que o Governo apresente proposta de combate à violência, visando ao desenvolvimento das cidades do interior. Assim, muitos não sairão, e outros voltarão lá. Obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço o aparte de V. Exa. Foi muito oportuna a sua intervenção, principalmente com relação à presença da escola no combate à violência. Como membro da Comissão de Educação e Cultura, temos desenvolvido pleitos nesse sentido. Com a idéia de V. Exa., aproveitaremos bastante esse projeto.

Quanto à exposição que fez, é também oportuna. Acredito que faremos reunião não apenas em Belo Horizonte, mas também em todo o Estado, buscando as mais variadas sugestões, ouvindo a Igreja, as escolas, o parlamentar, o Vereador e todos os segmentos da sociedade. Não é possível o nosso Estado compactuar com os outros, seja com o Rio de Janeiro, seja com São Paulo, sendo que Minas Gerais sempre deu exemplo a todos os segmentos, principalmente quanto à razão do próprio ser humano. Acredito que, amanhã, com o exemplo da Assembléia Legislativa para o Brasil, teremos as sugestões, que apresentaremos ao nosso Governador, a todos os membros do Secretariado, inclusive ao Secretário da Segurança Pública, ao policiamento, para, irmanados, desfraldarmos, definitivamente, a bandeira branca do povo mineiro, para que a paz reine para todos nós. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/7/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.803, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado João Pinto Ribeiro

exonerando Fernando Celso Gonçalves do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 4 horas;

nomeando Fernando Celso Gonçalves para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 4 horas;

nomeando Elmar da Silva Lacerda para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 4 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Assembléia, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Marcos Rezende Spinola do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, a partir de 27/6/2000, por decisão do Superior Tribunal de Justiça.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Assembléia, assinou o seguinte ato:

tornando sem efeito ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1º/7/2000, que concedeu licença especial, para candidatura a cargo eletivo, no período de 1º/7/2000 a 30/9/2000, à servidora Valéria Ferreira de Paula, Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, para fins de desincompatibilização, nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "I", da Lei Complementar Federal nº 64/90, Resolução nº 18.019/92, do Tribunal Superior Eleitoral e Parecer, de 30/6/2000, exarado por esta Mesa.

Na data de 30/6/2000, o Sr Presidente, nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "I", da Lei Complementar Federal nº 64/90, Resolução nº 18.019/92, do Tribunal Superior Eleitoral, tendo em vista Decisão, de 4/5/92 e Parecer, de 30/6/2000, exarados por esta Mesa, assinou o seguinte ato:

concedendo licença especial, para candidatura a cargo eletivo, no período de 1º/7/2000 a 30/9/2000, ao servidor Rômulo Tebas Sette, classificado como Agente de Execução do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria desta Assembléia, para fins de desincompatibilização.

Na data de 30/6/2000, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 30/6/2000, Diógenes Timo Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Ana Cristina Silva Costa Tino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Djalma Florêncio Diniz, matrícula 7760-7, no período de 28/6/2000 a 12/7/2000.

Mesa da Assembléia, 29 de junho de 2000.

Anderson Aduino, Presidente.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Ronaldo Canabrava, matrícula 9672-5, no período de 4/7/2000 a 5/7/2000.

Mesa da Assembléia, 11 de julho de 2000.

Anderson Aduino, Presidente.